

Diário do Legislativo de 04/04/2007

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - PFL

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL DEMOCRATA – BSD (PSDB / PPS / PTB / PSC / PHS / PMN)

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro (PSDB)

Vice-Líderes: Ademir Lucas (PSDB), Ana Maria Resende (PSDB) e Célio Moreira (PSDB)

LIDERANÇA DO DEM

Líder: Deputado Gustavo Corrêa

Vice-Líder: Deputado Jayro Lessa

LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Adalclever Lopes

Vice-Líder: Gilberto Abramo

LIDERANÇA DO PT:

Líder: Deputada Elisa Costa

Vice-Líder: Deputado Almir Paraca

LIDERANÇA DO PV:

Líder: Deputado Agostinho Patrús Filho

Vice-Líder: Deputado Rômulo Veneroso

LIDERANÇA DO PDT

Líder: Sebastião Helvécio

Vice-Líder: Carlos Pimenta

LIDERANÇA DO PP

Líder: Dimas Fabiano

Vice-Líder: Pinduca Ferreira

LIDERANÇA DO PSB:

Líder: Wander Borges

Vice-Líder: Chico Uejo

LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Mauri Torres (PSDB)

Vice-Líderes:

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Deputado Domingos Sávio (PSDB)

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Paulo Guedes (PT)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Elmiro DEM Presidente
Nascimento

Deputado Ademir BSD Vice-Presidente
Lucas

Deputado Domingos Sávio BSD

Deputado Inácio PV
Franco

Deputado Ivair PMDB
Nogueira

Deputado André PT
Quintão

Deputado Chico PSB
Uejo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo DEM
Corrêa

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Dalmo Ribeiro BSD
Silva

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputada Elisa Costa PT

Deputado Juninho Araújo PSB

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 16h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Weliton PT Presidente
Prado

Deputado Ronaldo BSD Vice-Presidente
Magalhães

Deputado Neider BSD
Moreira

Deputada Cecília PT
Ferramenta

Deputado Wander PSB
Borges

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Paulo PT
Guedes

Deputado Eros BSD
Biondini

Deputado Sebastião BSD
Costa

Deputado Durval PT
Ângelo

Deputado Doutor PSB
Rinaldo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo BSD Presidente
Ribeiro Silva

Deputado Gilberto PMDB Vice-Presidente
Abramo

Deputado BSD
Sebastião Costa

Deputado Delvito DEM
Alves

Deputado Gil PP
Pereira

Deputado Hely PV
Tarquínio

Deputado PDT
Sargento
Rodrigues

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Gustavo DEM
Valadares

Deputado Dimas PP
Fabiano

Deputado Délio PV
Malheiros

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Gláucia BSD Presidente
Brandão

Deputado Dimas PP Vice-Presidente
Fabiano

Deputado Antônio BSD
Genaro

Deputada Maria DEM
Lúcia Mendonça

Deputada PV
Rosângela Reis

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dalmo BSD
Ribeiro Silva

Deputado Vanderlei PP
Jangrossi

Deputada Ana Maria BSD
Resende

Deputado Ruy Muniz DEM

Deputado Hely PV
Tarquínio

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio PV Presidente
Malheiros

Deputado Carlos PDT Vice-Presidente
Pimenta

Deputado Célio BSD
Moreira

Deputado Walter BSD
Tosta

Deputado Antônio PMDB
Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio PV
Franco

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

Deputado Ronaldo BSD
Magalhães

Deputado Neider BSD
Moreira

Deputado Sávio Souza PMDB
Cruz

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval PT Presidente
Ângelo

Deputado Luiz PMDB Vice-Presidente
Tadeu Leite

Deputado João BSD
Leite

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Ruy DEM
Muniz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Weliton PT
Prado

Deputado Vanderlei PMDB
Miranda

Deputado Djalma Diniz BSD

Deputado Walter Tosta BSD

Deputado Antônio DEM
Carlos Arantes

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Deiró PSB Presidente
Marra

Deputada Maria DEM Vice-Presidente
Lúcia Mendonça

Deputada Ana BSD
Maria Resende

Deputado Dimas PP
Fabiano

Deputado Carlin PCdoB
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Wander PSB
Borges

Deputado Ruy Muniz DEM

Deputado Lafayette de BSD
Andrada

Deputado Gil Pereira PP

Deputado Almir Paraca PT

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé Maia BSD Presidente

Deputado Jayro DEM Vice-Presidente
Lessa

Deputado Lafayette BSD
Andrada de

Deputado Antônio PMDB
Júlio

Deputada Elisa PT
Costa

Deputado Agostinho PV
Patrús

Filho

Deputado PDT
Sebastião
Helvécio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago BSD

Deputado Antônio Carlos DEM
Arantes

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Ivair Nogueira PMDB

Deputado André Quintão PT

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado Carlos Pimenta PDT

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sávio PMDB Presidente
Souza Cruz

Deputado Fábio BSD Vice-Presidente
Avelar

Deputado Almir PT
Paraca

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado Wander PSB
Borges

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Ronaldo BSD
Magalhães

Deputado Padre João PT

Deputado Agostinho PV
Patrús Filho

Deputado Deiró Marra PSB

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André PT Presidente
Quintão

Deputado Eros BSD Vice-Presidente
Biondini

Deputado João BSD
Leite

Deputado Gustavo DEM
Valadares

Deputado Carlin PCdoB
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Padre João PT

Deputado Fábio Avelar BSD

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Vanderlei PP Presidente
Jangrossi

Deputado Padre PT Vice-Presidente
João

Deputado Getúlio PMDB
Neiva

Deputado Antônio DEM
Carlos Arantes

Deputado Chico PSB
Uejo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gil Pereira PP

Deputada Cecília PT
Ferramenta

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado Delvito Alves DEM

Deputado Deiró Marra PSB

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BSD Presidente
Lafayette de Andrada

Deputado PV Vice-Presidente
Agostinho Patrús Filho

Deputada Gláucia BSD
Brandão

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado PP
Vanderlei Jangrossi

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado João Leite BSD

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Dimas PP
Fabiano

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos BSD Presidente
Mosconi

Deputado Hely PV Vice-Presidente
Tarquínio

Deputado Ruy DEM
Muniz

Deputado Carlos PDT
Pimenta

Deputado Doutor PSB
Rinaldo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen BSD
Santiago

Deputada Rosângela PV
Reis

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Paulo PDT
Cesar

Deputado Juninho PSB
Araújo

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 8h45min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PDT Presidente
Sargento Rodrigues

Deputado Paulo PDT Vice-Presidente
Cesar

Deputado Délio PV
Malheiros

Deputado Luiz PMDB
Tadeu Leite

Deputado DEM
Leonardo Moreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos PDT
Pimenta

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

Deputado Jayro Lessa DEM

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada PV Presidente
Rosângela Reis

Deputada Elisa PT Vice-Presidente
Costa

Deputado Walter BSD
Tosta

Deputado BSD
Domingos Sávio

Deputado Antônio DEM
Carlos Arantes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco PV

Deputado Almir Paraca PT

Deputado Bráulio Braz BSD

Deputado Carlos Mosconi BSD

Deputada Maria Lúcia DEM
Mendonça

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo DEM Presidente
Valadares

Deputado Juninho PSB Vice-Presidente
Araújo

Deputado Paulo PT
Guedes

Deputado Djalma BSD
Diniz

Deputado Gil PP
Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo DEM
Corrêa

Deputado Chico Uejo PSB

Deputado Inácio PV
Franco

Deputado Zezé Perrella BSD

Deputado Vanderlei PP

Jangrossi

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB Presidente
Vanderlei Miranda

Deputado Bráulio BSD Vice-Presidente
Braz

Deputado Eros BSD
Biondini

Deputado Zezé BSD
Perrella

Deputada Cecília PT
Ferramenta

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Getúlio Neiva PMDB

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Neider Moreira BSD

Deputado Almir Paraca PT

OUIDORIA PARLAMENTAR

OUIDOR-GERAL: Deputado Inácio Franco (PV)

SUMÁRIO

1 - RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

2 - ATAS

2.1 - 8ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

2.2 - Reunião de Comissões

3 - MATÉRIA VOTADA

3.1 - Plenário

4 - ORDENS DO DIA

4.1 - Plenário

4.2 - Comissões

5 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

5.1 - Plenário

5.2 - Comissão

6 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

7 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

8 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO
MANDATO PARLAMENTAR

Adalclever Ribeiro Lopes (PMDB)

* Adalclever Lopes

Ademir Lucas Gomes (PSDB)

* Ademir Lucas

Agostinho Célio Andrade Patrús (PV)

* Agostinho Patrús Filho

Alberto Pinto Coelho Júnior (PP)

* Alberto Pinto Coelho

Alencar Magalhães da Silveira Júnior (PDT)

* Alencar da Silveira Jr.

Almir Paraca Cristovão Cardoso (PT)

* Almir Paraca

Ana Maria Resende Vieira (PSDB)

* Ana Maria Resende

André Quintão Silva (PT)

* André Quintão

Antônio Carlos Arantes (DEM)

* Antônio Carlos Arantes

Antônio Genaro Oliveira (PSC)

* Antônio Genaro

Antônio Júlio de Faria (PMDB)

* Antônio Júlio

Antônio Rinaldo Valério (PSB)

* Doutor Rinaldo

Arlen de Paulo Santiago Filho (PTB)

* Arlen Santiago

Braulio José Tanus Braz (PTB)

* Bráulio Braz

Carlos Eduardo Venturelli Mosconi (PSDB)

* Carlos Mosconi

Carlos Magno de Moura Soares (PCdoB)

* Carlin Moura

Carlos Welth Pimenta de Figueiredo (PDT)

* Carlos Pimenta

Célio de Cássio Moreira (PSDB)

* Célio Moreira

Dalmo Roberto Ribeiro Silva (PSDB)

* Dalmo Ribeiro Silva

Deiró Moreira Marra (PSB)

* Deiró Marra

Délio de Jesus Malheiros (PV)

* Délio Malheiros

Delvito Alves da Silva Filho (DEM)

* Delvito Alves

Dimas Fabiano Toledo Junior (PP)

* Dimas Fabiano

Dinis Antônio Pinheiro (PSDB)

* Dinis Pinheiro

Djalma Florêncio Diniz (PPS)

* Djalma Diniz

Domingos Sávio Campos Resende (PSDB)

* Domingos Sávio

Durval Ângelo Andrade (PT)

* Durval Ângelo

Edy Araújo Júnior (PSB)

* Juninho Araújo

Elisa Maria Costa (PT)

* Elisa Costa

Elmiro Alves do Nascimento (DEM)

* Elmiro Nascimento

Eros Ferreira Biondini (PHS)

* Eros Biondini

Fábio Lúcio Rodrigues Avelar (PSC)

* Fábio Avelar

Francisco Takeshi de Souza Uejo (PSB)

* Chico Uejo

Getulio Afonso Porto Neiva (PMDB)

* Getúlio Neiva

Gilberto Aparecido Abramo (PMDB)

* Gilberto Abramo

Gilberto Wagner Martins Pereira Antunes (PP)

* Gil Pereira

Gustavo da Cunha Pereira Valadares (DEM)

* Gustavo Valadares

Gustavo de Faria Dias Corrêa (DEM)

* Gustavo Corrêa

Hely Tarquínio (PV)

* Hely Tarquínio

Inácio Franco (PV)

* Inácio Franco

Irani Vieira Barbosa (PSDB)

* Irani Barbosa

Ivair Nogueira do Pinho (PMDB)

* Ivair Nogueira

Jayro Luiz Lessa (DEM)

* Jayro Lessa

João Carlos Siqueira (PT)

* Padre João

João Leite da Silva Neto (PSDB)

* João Leite

José Alves Viana (DEM)

* Doutor Viana

José de Freitas Maia (PSDB)

* Zé Maia

José Henrique Lisboa Rosa (PMDB)

* José Henrique

José Perrella de Oliveira Costa (PSDB)

* Zezé Perrella

Lafayette Luiz Doorgal de Andrada (PSDB)

* Lafayette de Andrada

Leonardo Fernandes Moreira (DEm)

* Leonardo Moreira

Luiz Humberto Carneiro (PSDB)

* Luiz Humberto Carneiro

Luiz Savio de Souza Cruz (PMDB)

* Sávio Souza Cruz

Luiz Tadeu Leite (PMDB)

* Luiz Tadeu Leite

Maria Cecília Ferreira Delfino (PT)

* Cecília Ferramenta

Maria Gláucia Costa Brandão (PPS)

* Gláucia Brandão

Maria Lúcia Soares de Mendonça (DEM)

* Maria Lúcia Mendonça

Mauri José Torres Duarte (PSDB)

* Mauri Torres

Neider Moreira de Faria (PPS)

* Neider Moreira

Paulo César de Freitas (PDT)

* Paulo Cesar

Paulo José Carlos Guedes (PT)

* Paulo Guedes

Pedro Ivo Ferreira Caminhas (PP)

* Pinduca Ferreira

Rêmolo Aloise (PSDB)

* Rêmolo Aloise

Roberto Vieira de Carvalho (PT)

* Roberto Carvalho

Romulo Víctor Pinheiro Veneroso (PV)

* Rômulo Veneroso

Ronaldo Lage Magalhães (PSDB)

* Ronaldo Magalhães

Rosângela de Oliveira Campos Reis (PV)

* Rosângela Reis

Ruy Adriano Borges Muniz (DEM)

* Ruy Muniz

Sebastião Costa da Silva (PPS)

* Sebastião Costa

Sebastião Helvecio Ramos de Castro (PDT)

* Sebastião Helvécio

Tiago Ulisses de Castro e Oliveira (PV)

* Tiago Ulisses

Vanderlei Andrade Miranda (PMDB)

* Vanderlei Miranda

Vanderlei Ricardo Jangrossi (PP)

* Vanderlei Jangrossi

Walter da Rocha Tosta (PMN)

* Walter Tosta

Wander José Goddard Borges (PSB)

* Wander Borges

Washington Fernando Rodrigues (PDT)

* Sargento Rodrigues

Weliton Fernandes Prado (PT)

* Weliton Prado

Em 3/4/2007

Observação: nome parlamentar indicado por asterisco.

Republicada em virtude do disposto no § 4º do art. 7º do Regimento Interno.

ATAS

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 28/3/2007

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Prosseguimento da discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.702/2005; discursos dos Deputados João Leite e Padre João; encerramento da discussão - Inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Agostinho Patrús Filho - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bráulio Braz - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Délio Malheiros - Dimas Fabiano - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Zé Maia - Zezé Perrella.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 20h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Ademir Lucas, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião os Projetos de Lei nºs 1.151/2003 e 1.897/2004, apreciados na reunião extraordinária realizada ontem, à noite, os Projetos de Lei nºs 42, 43 e 260/2007, apreciados na reunião extraordinária realizada hoje, pela manhã, e o Projeto de Resolução nº 579/2007, apreciado na reunião ordinária realizada hoje, à tarde.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Proseguimento da discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.702/2005, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Governador do Estado referentes ao exercício de 2004. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o Deputado João Leite.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, venho à tribuna para discutir o Projeto de Resolução nº 2.702/2005, da Comissão de Fiscalização Financeira. Temos a oportunidade, especialmente nesta noite e à tarde também, de apreciar essa matéria que já tramita na Assembléia e que recebeu parecer das comissões. Colocada em pauta para votação, podemos proceder a sua discussão.

Trata-se de matéria importante: as contas do Governador do Estado. Na reunião extraordinária de ontem, à noite, aprovamos as contas do Governador Itamar Franco e também do Governador Aécio Neves, de 2003. Agora, está em discussão as contas do Governador Aécio Neves relativas ao exercício financeiro encerrado em 31/12/2004.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte)* - Deputado João Leite, queria apenas sublinhar que 2004 foi o ano em que realmente o choque de gestão, implementado pelo governo Aécio Neves, frutificou. O ano de 2004 foi o primeiro em que o governo Aécio Neves trabalhou com orçamento produzido pelo próprio governo, porque, em 2003, ele trabalhou com orçamento produzido pelo governo que saía, o de 2002. Curiosamente, no orçamento que vigoraria em 2004, o governo teve a coragem de consignar um déficit de R\$1.400.000.000,00. Esse valor estava no Orçamento.

O Deputado João Leite - Algo histórico, Deputado. Há muitos anos, estou nesta Assembléia e foi a primeira vez que vi um governo ter a coragem de enviar à Assembléia uma mensagem com o déficit consignado no Orçamento.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte)* - Acredito que essa seja a primeira experiência no Brasil, nenhum Estado ou Município fez isso. Consignou realisticamente o que era esperado ao final do exercício: um déficit de R\$1.400.000.000,00, mas estava em curso o choque de gestão. O resultado do ano foi um superávit de R\$90.000.000,00. Ou seja, o governo inicia o ano esperando um déficit de mais de R\$1.000.000.000,00 e o termina com um superávit de R\$90.000.000,00. Esse foi o ano do déficit zero, em que, pela primeira vez na história da república, um Estado conseguiu, num exercício, gastar somente aquilo que arrecadou. Continuarei rapidamente, pois não quero tomar o tempo de V. Exa. Gostaria de lembrar aqui que a Oposição hoje, à tarde, tentou argumentar que o governo de Minas, em 2004, não cumpriu as determinações legais, sobretudo no concernente à saúde. Tenho em mão a mensagem que diz: (- Lê:) "O Estado enquadrou-se na trajetória do ajuste da dívida consolidada líquida determinado pela Resolução do Senado nº 40, de 2001; cumpriu a meta de superávit primário fixada na Lei de Diretrizes Orçamentárias; aplicou os valores mínimos constitucionais na manutenção e desenvolvimento do ensino e no ensino fundamental; e observou os limites para as despesas com pessoal fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal, nos termos da metodologia adotada pela Secretaria do Tesouro Nacional".

E a Oposição vem dizer que, no tocante à saúde, ele não cumpriu as metas exigidas. Volto a insistir no que já disse antes e repito: a Emenda Constitucional nº 29 não fala o que são considerados gastos com saúde. Determina que seja feito um gasto mínimo de 12%, mas não fala se saneamento é gasto com saúde; se compra de remédio é gasto com saúde; e se pagamento de médico é gasto com saúde; não há fixação de parâmetros.

Deputado João Leite, apenas para o conhecimento de V. Exas., Srs. Deputados, quero dizer que o governo federal colocou R\$360.000.000,00 no programa Farmácia Popular, na rubrica da saúde. Pode ou não pode? Não sei. O fato é que colocou. O governo federal colocou R\$54.000.000,00 para a Agência Nacional de Saúde no serviço burocrático de regulamentação do plano de saúde. Isso é gasto com saúde? Não sei. O governo federal colocou, nos programas de saúde, todo o orçamento de combate à fome do Ministério do Desenvolvimento Social, mais de R\$1.000.000.000,00. Isso é gasto com saúde? Não sei. A lei não fala, e o governo federal fez. Não procede aqui a crítica da Oposição de que o governo de Minas faz gasto de outras naturezas e coloca na rubrica da saúde. Digo mais: o governo federal aplicou R\$3.000.000.000,00 do Ministério das Cidades e do Desenvolvimento Social na rubrica da saúde. E a Oposição vem dizer que Minas está gastando recursos diferentes, que não deveriam ser canalizados para a saúde. O Deputado Arlindo Chinaglia, Deputado do PT, Presidente da Câmara dos Deputados, declarou, em alto e bom som, que moradia e saneamento têm impacto direto na saúde e, portanto, devem ser colocados na despesa da saúde. Não podemos ter dois pesos e duas medidas. O que pode lá pode aqui. O governo federal do PT não pode fazer lá uma coisa e o seu Partido aqui, em Minas, dizer que a mesma coisa está errada. São dois pesos e duas medidas. São dois critérios, e isso não podemos admitir.

Concluindo, Deputado João Leite, digo que o governo do PT do Estado do Piauí consignou, na rubrica da saúde, gastos com alimentação, atendimento à saúde penitenciária, com o Instituto de Previdência, com o Instituto de Previdência dos Municípios e despesas com taxas hospitalares. O governo do PT do Estado do Mato Grosso do Sul colocou, na rubrica da saúde, gasto de assistência social, gasto com casa populares e fez aprovar uma lei na Assembléia Legislativa, chamada Lei do Rateio, que permite que o governo distribua o dinheiro da saúde e da educação em todas as áreas. Assim, dinheiro que era para a saúde foi utilizado na manutenção da máquina estatal, em ações

administrativas, em gastos com hospedagem, tudo isso na rubrica da saúde. Agradeço o aparte, Deputado João Leite. Dentro da serenidade e do bom senso, o governo de Minas tem utilizado, na rubrica de saúde, gasto com saneamento, com ambulância e com remédios. São matérias, embora a lei não diga nada, afetas à saúde. Não pode é colocar na rubrica da saúde despesas administrativas, despesas com viagens, como tem feito o governo federal e o de outros Estados administrados pelo PT. Era esse o aparte, Deputado. Agradeço e reitero, mais uma vez, que devemos votar pela aprovação integral das contas relativas ao ano de 2004 do governo Aécio Neves. Foi um grande ano, de déficit zero. De um déficit de mais de um R\$1.000.000.000,00, o governo reverteu para o superávit de mais de R\$90.000.000,00. Muito obrigado.

O Deputado João Leite - Deputado Lafayette de Andrada, V. Exa. trouxe a essa discussão dados e elementos importantíssimos. De alguma forma, esses dados desmentem várias questões já expostas. Nessa discussão, o que temos de mais importante é a nossa experiência com esse governo. Um governo que assumiu Minas Gerais com gravíssimas dificuldades e fez a transição com muita competência. Além do déficit apresentado por V. Exa. em seu aparte, Deputado Lafayette de Andrada, sei que, com seu brilhantismo, irá fazer essa discussão da tribuna. O governo também teve uma atenção especial no arranjo do Estado. Quando o governo Aécio Neves assumiu o governo de Minas Gerais, os servidores públicos recebiam o pagamento em sete chamadas. Era essa a maneira pela qual os servidores do Estado recebiam, alguns tinham de esperar pela sétima chamada. E, hoje, o governo do Estado anunciou que todos os servidores de Minas receberão seus salários até o dia 5. Então, é impossível ir contra os números. O que dizer sobre eles? Os números comprovam a eficiência desse governo e a transição segura que realizou. Como o Deputado Lafayette de Andrada assinalou, é um governo que teve a coragem de mostrar o déficit. Apresentou o Orçamento, mostrando para a população de Minas Gerais, com muita transparência, as dificuldades do governo. Mas venceu. Venceu com a contribuição do povo de Minas Gerais. Venceu com a contribuição dos servidores do Estado, que entenderam a situação. Venceu com o apoio irrestrito desta Casa e das Lideranças, que acreditaram na proposta. Apesar de tantos puxarem o Estado de Minas Gerais para trás, o governo conseguiu realizar essa transição, com todo esse apoio que recebeu. Os dados, portanto, demonstram a seriedade do governo. Sei que esta Casa aprovará as contas do Governador Aécio Neves. E me incluo nessas contas, porque estive como Secretário de Estado em seu governo, e podemos falar das dificuldades que enfrentamos ao realizar aquele trabalho. O ano de 2003, Deputado Wander Borges, foi de enchentes em Minas Gerais. Um governo com déficit orçamentário enfrentando as águas de janeiro, de fevereiro. Lembro-me do estádio do Mineirão abrigando mil pessoas de Belo Horizonte, que estavam seguras ali, porque a Prefeitura da Capital não dispunha de mais nenhum lugar para levar as vítimas das enchentes. Chegamos ao final de 2003 com todas as dificuldades. O ano de 2004 foi de acertos, para que o funcionário público pudesse receber em dia, pagando aquilo que lhes era devido há muitos anos de verbas retidas. Por isso, essas contas devem merecer a atenção e a aprovação por parte das Deputadas e dos Deputados desta Casa. Os números estão aí. A aprovação popular de uma administração séria está aí. E, hoje, o governo anuncia mais investimentos no Estado, de aproximadamente R\$4.000.000,00, que serão aplicados na região de Congonhas, mais precisamente em Jeceaba, onde teremos uma nova siderúrgica, que gerará 4 mil empregos na etapa inicial de implantação e, depois, no decorrer do trabalho, 2 mil empregos. Este é o governo cujas contas estão sendo avaliadas. É um governo sério, que não merece algumas observações por membros desta Casa que não estão de acordo com a sua trajetória. É um governo reconhecido pela população de Minas Gerais. Quero encerrar minhas palavras, Sr. Presidente, pedindo o apoio desta Casa à aprovação das contas do governo relativas ao exercício de 2004. Que todos possamos dar a mesma demonstração que o povo de Minas Gerais deu ao aprovar - e o tem feito, os números estão aí - o governo Aécio Neves. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir, o Deputado Padre João.

O Deputado Padre João* - Sr. Presidente, nobres colegas Deputados, vou discutir o Projeto de Resolução nº 2.702/2005 e gostaria de contar com a compreensão de todos, porque pode parecer pedante trazer todo o trabalho dos técnicos, dos Auditores do Ministério Público, dos Conselheiros e apresentá-lo aqui, onde todos apresentaram suas ressalvas. As ressalvas apresentadas aqui pelas equipes não foram feitas pela Oposição. Ninguém da Oposição é Conselheiro no Tribunal, e aqui as ressalvas foram feitas pelos Conselheiros. Não há ninguém do Ministério Público - que deveria estar lá de forma provisória, mas já está há cinco anos - que seja da Oposição. Os próprios Procuradores, fazendo o papel do Ministério Público Especial, que não existe, fizeram as ressalvas. Quando fazemos alguma citação e não mostramos a fonte, podem acontecer dúvidas. Por isso, quero ler algumas coisas de uma fonte assinada. Uma primeira parte foi assinada por 20 técnicos do Tribunal de Contas. Foi um trabalho sério. Podem ver o calhamaço que tenho nas mãos. São 1.024 páginas. Às vezes, falam que a Oposição diz que existem problemas nos gastos do governo. Mas não é a Oposição, está no relatório. Esse relatório mostra o gasto incorreto com publicidade, sobretudo no ano de 2004. Devemos nos lembrar que foi o ano das eleições municipais, em que o Governador perdeu a eleição em inúmeras Prefeituras e veio, então, com a propaganda maciça, lançando, antes do prazo, o Programa Déficit Zero. E a empresa que fez essa propaganda foi a SMP&B, do Marcos Valério. Estão aqui todos esses comprovantes. Quero contar com a compreensão dos senhores ao discutir esse Projeto de Resolução nº 2.702, das contas do Governador do Estado, no exercício de 2004.

Antes de falar sobre o próprio parecer, quero acentuar a reflexão que vinha fazendo, ou seja, nenhum projeto de resolução tem os pressupostos exigidos por lei, vem acompanhado do parecer do Ministério Público Especial, do Tribunal de Contas, deixando de cumprir as atribuições constitucionais, o que é grave. Não é normal esta Casa permitir a tramitação de um projeto sem os pressupostos legais, sem as documentações necessárias. Mas, infelizmente, isso ocorreu. Como já disse, se faltar qualquer documentação durante a tramitação de um simples projeto de lei que declare a utilidade pública de determinada entidade, ele é barrado. Esta Casa criou uma comissão especial, instalada em 2003, que reconheceu a inconstitucionalidade por não haver Ministério Público especializado no Tribunal de Contas. A comissão prevê que o Ministério Público, junto ao Tribunal de Contas, é exercido por Procuradores de Justiça, integrantes do Ministério Público Estadual. Compete a este promover a defesa da ordem jurídica. Entre suas atribuições, consta a execução dos julgados do Tribunal, adotando as providências necessárias ao seu cumprimento. A Constituição mineira de 1989 não reconheceu a exigência de um Ministério Público Especial especializado em temas ligados à fiscalização de contas públicas. Tal impropriedade foi objeto de ação direta de inconstitucionalidade - Adin nº 2.068 -, requerida pelo Procurador-Geral da República e julgada em 3/4/2003. É por isso que está em vigor. Portanto, em 2003, esse Ministério já deveria ter sido instalado. Isso foi reconhecido pelos próprios Deputados membros da comissão especial. O Ministro Sidney Sanches atenta para a própria natureza do Ministério Público que atua perante o Tribunal de Contas. "De acordo com o Dr. Rosalvo Mendes, Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, a instalação do Ministério Público Especial representará um avanço, pois os Procuradores que atuarão no Tribunal deverão ser profissionais com conhecimento específico na área de fiscalização financeira e orçamentária". O próprio relatório elaborado por esta Casa diz: "Quanto ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, precisamente nesse momento o Tribunal de Contas vive uma situação peculiar, pois, desde o dia 3 de abril deste ano, o STF considerou inconstitucional a forma como está estruturado o Ministério Público junto àquela Casa. Assim, é urgente a necessidade de implantação do Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Contas. Nessa época, ou seja, em abril de 2003, quando o STF declarou a inconstitucionalidade do art. 124 da Constituição mineira, o Procurador de Justiça de Minas Gerais retirou os membros do Ministério Público que atuavam junto ao Tribunal de Contas, para evitar um ato de improbidade". Essa foi a justificativa utilizada para retirar os membros do Ministério Público.

O próprio Presidente do Tribunal de Contas, à época, Conselheiro Simão Pedro Toledo, enviou à Assembléia um projeto de lei complementar para regularizar a situação e, em sua justificativa, também alegava: "No caso do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, a situação é bem mais grave, isso porque, com a decisão irrecorrível da citada Adin, deixaram de ser legítimas quaisquer atividades exercidas pelo Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Contas, sob pena de nulidade". Na noite de ontem, chamei a atenção do Presidente que dirigia os trabalhos. Essas são palavras do Conselheiro Simão Pedro Toledo. (- Lê:)

"Por outro lado, considerando disposições legais e constitucionais, é essencial a participação do Ministério Público na grande maioria dos processos que tramitam nesta Corte. Caso contrário, dar-se-ia a mesma nulidade. Em razão disso, encontra-se com a tramitação suspensa a grande maioria dos processos atuados e com vistas ao Ministério Público."

A despeito de o próprio Procurador de Justiça ter retirado os representantes do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas para não incorrer em improbidade administrativa, de o próprio Presidente do Tribunal ter enviado à Assembléia projeto de lei complementar para regularizar a situação, o que fez o Governador? Para suprir a ausência do fiscal da lei no Tribunal de Contas, nomeou quatro Procuradores do Estado, portanto, ligados ao Executivo, para exercerem essa função, que, conforme a Constituição, deve ser de carreira independente. Nomeou

alegando que seria em caráter precário. Isso já dura quatro anos. Há advogados fora de sua função. Nas palavras do Conselheiro do próprio Tribunal de Contas, sem preparo na linha específica de fiscalização.

Por causa da minha fala ontem, recebi um "e-mail" de um cidadão, o Procurador do Estado Danilo de Castro, que deve estar nos acompanhando agora, pela TV Assembléia. Ele exagerou, de forma desrespeitosa, e questionou inclusive minha eleição, porque sou padre, alegando que ela se deu graças à Igreja. É um desrespeito, pois sou padre e sou cidadão, e tenho o direito de me eleger como os médicos, professores, fazendeiros e empresários, como há inúmeros aqui. Estou no segundo mandato. Se não houvesse aprovação da sociedade, não seria reeleito com mais de 50 mil votos, sem apadrinhamento de Secretários de Estado, sem emendas de Orçamento, sem apoio do Governador. Fui eleito pelo voto de cidadãos conscientes que avaliaram e deram a resposta ao meu trabalho. Dirijo-me ao Procurador do Estado Danilo de Castro.

Ontem, à noite, fiz uma comparação, alegando não ser moral, legal e constitucional o próprio Governador enviar Procuradores para exercerem o papel do Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Contas, pois é como se eu enviasse meus contadores para fiscalizar minhas próprias contas. No "e-mail", ele cita a Constituição do Estado para me questionar e pede que eu a leia.

Ora, foi exatamente o art. 124 da Constituição mineira que foi declarado inconstitucional pelo STF. Não sou eu que estou falando, mas o Supremo Tribunal Federal, cuja decisão é irreversível. Além da ilegalidade, há a questão ética. São atos do Executivo que estão sendo julgados. Foram nomeados funcionários desse Poder com certo relacionamento com pessoas importantes do governo, o que agrava a situação, para serem cedidas ao Tribunal de Contas. Devemos questionar, sim, a imparcialidade desses Procuradores do Estado. Como se não bastasse, eles também têm a função de fiscalizar o próprio Tribunal de Contas. Mas esses funcionários estão lotados nesse Tribunal e, além de não terem a formação específica nem haver passado em concurso específico, não têm o respaldo da lei, e recebem salário do próprio órgão. Imaginem eu pagar alguém para fiscalizar-me. Com que isenção ocorre essa fiscalização? Como esses profissionais poderão contrariar os seus próprios patrões? Foram, portanto, nomeados quatro Procuradores, dos quais citarei os nomes. Um deles ganhava cerca de R\$5.000,00 e foi para o Tribunal de Contas ganhando R\$17.000,00. Os outros ganhavam em torno de R\$3.500,00 e passaram a ganhar R\$10.000,00 e R\$12.000,00. Os quatro servidores nomeados são os seguintes: Sr. José Marcos Rodrigues Vieira, marido da Sra. Maria Celeste, Auditora-Geral do Estado, que era Procurador do Estado da Classe Especial, apostilado no cargo em comissão de Procurador-Chefe, para o cargo de Procurador-Chefe do Ministério Público junto do Tribunal de Contas; Sra. Juliana Campos Horta de Andrade, parente próxima do assessor jurídico do Governador, Procuradora do Estado da Classe Especial, para exercer o cargo de Procuradora do Ministério Público junto do Tribunal de Contas; Sra. Luíza Cristina Pinto Neto, esposa do assessor do então Secretário Antônio Anastasia, Procuradora do Estado da 1ª Classe, para o cargo de Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas; Sra. Eliane Cristina da Silva, Defensora Pública da 1ª Classe, para exercer o cargo de Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.

Ora, que garantia temos da isenção do Tribunal de Contas na investigação dos gastos públicos? Vale lembrar - e isso, então, é muito importante - que o Sr. José Marcos Rodrigues, alguns meses depois de ser nomeado, renunciou ao cargo, alegando que a situação de precariedade que caracterizava, inicialmente, esse Ministério Público junto ao Tribunal de Contas estava transformando-se em permanente, constituindo-se em uma ilegalidade. E ainda, consta que devolveu o dinheiro que excedia o salário do seu cargo original durante o período que permaneceu lá. É um gesto nobre, e para ele vão meus cumprimentos. Mas ele reconhece que o que era provisório estava sendo permanente.

É obrigatória a audiência do Ministério Público no caso de julgamento de contas. Aqui, o parecer dos que estavam exercendo esse papel. (- Lê:)

"Assim sendo, como os Procuradores que atuam no Tribunal de Contas fazendo as vezes de membros do Ministério Público são subordinados ao Governador do Estado e sequer são membros do Ministério Público, os processos que julgam as contas do Governador nos últimos anos, em especial os pareceres prévios, devem ser anulados por ausência de parecer ministerial, requisito obrigatório do julgamento de contas.

Por consequência, padecem de nulidade os projetos de resolução em pauta que aprovam as contas do Governador do Estado referentes aos exercícios de 2004 e 2005, pois derivam de pareceres prévios ilegais.

Além desses argumentos, que nos dão base legal para requerermos o adiamento da discussão dos projetos de resolução, temos ainda o fato de as irregularidades apontadas pelo relatório técnico não terem sido sanadas e toda a polêmica que envolve os gastos realizados com a saúde, a Fapemig e outros."

Faltam ainda documentos que foram pedidos ao Governador com o prazo de cinco dias. Foi pedida a prorrogação, e o governo não explicou ainda. Essa é a conclusão a que chegaram os técnicos, Auditores e Conselheiros.

No início da semana, quando me referi ao concurso público para o Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Contas, fui aparteado pelo Deputado Ademir Lucas, quando disse que o concurso já havia sido realizado e que alguns aprovados até já haviam sido chamados.

Na verdade, o concurso ainda não aconteceu. As inscrições foram abertas no período de 26 de fevereiro a 16 de março, e as provas serão realizadas nos dias 21 e 22 de abril, sábado e domingo.

Corrijo o equívoco do Deputado Ademir Lucas. O concurso não aconteceu ainda e ninguém foi chamado.

Sr. Presidente, tentarei ser rápido na minha fala. Sei que estou abusando da paciência dos servidores desta Casa, mas espero que me compreendam por eu estar cumprindo meu papel.

Este volume que tenho em mão é o trabalho dos técnicos, em que avaliam ponto por ponto; tudo. Em suas conclusões, relatam a falta de uma série de documentações e apontam contas que não batem, com diferenças de alguns R\$200.000,00, mas que, no montante, viram uma quantia enorme. A conclusão dos técnicos é sempre pela aprovação, com ressalvas.

Um dos problemas é o orçamento para publicidade em 2004. Pelo que consta, o valor foi pago antes de cumprido o trabalho.

Só à SMP&B, do Marcos Valério, ou seja, ao "valerioduto", foram pagos em torno de R\$21.000.000,00.

Está aqui: SMP&B, R\$3.898.000,00; SMP&B, R\$2.850.000,00; DNA, que é da mesma pessoa, R\$1.595.000,00. Então, conforme dizia na introdução, isso se refere ao período que vem depois das eleições de 2004, no lançamento do déficit zero. Todavia, segundo a própria avaliação dos técnicos, há irregularidades no tocante à existência, anteriormente, de notas, uma vez que isso foi lançado no início do ano.

Chamo a atenção de todos para uma questão. Constam aqui as assinaturas de 20 técnicos, ou seja, de toda a comissão que elaborou este relatório. Quer dizer, os técnicos, com muita competência, dedicaram muito tempo para elaborá-lo. Além do mais, gastou-se dinheiro na realização deste trabalho. Por isso, o parecer dos técnicos tem de ser levado a sério. Não podemos tomar uma decisão política e ignorar a parte

técnica. Isso vale também para nós, como Deputados desta Casa.

Ao que me parece, essa questão não ficou clara na semana passada, quando tratei do assunto. Como eu disse, embora o Deputado tenha poder, já que foi eleito pelo povo, ele jamais deve ignorar o trabalho, a dedicação dos técnicos, que fazem pesquisas, realizam estudos e elaboram minutas de pareceres para apresentar aos parlamentares. Na verdade, lá o parecer tem efeito legal. Porém, aqui, nossos consultores elaboram minutas de pareceres, embora sejam assinadas pelos Deputados. Por isso, apelo aos colegas Deputados que nunca ignorem a posição dos técnicos.

No resumo do Balanço Geral, salienta-se que é necessária uma explicação, frente aos próprios instrumentos legais de planejamento e execução orçamentária.

Vejamos alguns itens que eles listaram: "Descumprimento do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, visto que a Lei de Diretrizes Orçamentárias não dispõe sobre as normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos do Orçamento; ausência de dedução para cálculo da receita corrente líquida da contribuição de serviços e patronal relativa à saúde; ausência de atualização da receita orçamentária no Balanço Orçamentário Fiscal; diferença no valor de R\$591.992,17 no tocante ao montante registrado no Siace como despesa realizada no Projeto Estruturador de Redução de Criminalidade no Estado de Minas Gerais. Trata-se de R\$65.292.322,90, e o valor informado no relatório de execução de investimento em programas sociais do Balanço Geral do Estado é de R\$64.700.330,73.

Em relação à gestão financeira e patrimonial, divergência entre o valor da despesa realizada com equipamentos e materiais permanentes, constantes, então, do demonstrativo da administração direta, segundo a natureza da despesa por item, ou seja, o equivalente a R\$104.662.735,69. E o valor apurado com a aquisição de bens móveis no Demonstrativo da Variação Patrimonial, que era de R\$62.615.407,27.

Classificação indevida dos itens pertinentes ao elemento de despesa 52, Equipamentos e Materiais Permanentes, no valor de R\$30.487,72; divergência entre o saldo de bens imóveis apurados a partir das variações patrimoniais, R\$470.900.427,71, e o saldo computado no balanço patrimonial da conta de bens imóveis de R\$142.001.002,00, no valor de R\$471.966.285,28.

Então, há uma série de pontos em relação à educação. No item 3, há quatro pontos; depois, no item que se elenca 3.2, em relação à cota estadual. Em relação à saúde, educação e outros, são muitas coisas.

Saúde: inclusão no cômputo das despesas com saúde para fins de cumprimento da Emenda à Constituição nº 29, de despesas "a priori" não correlacionadas diretamente a ações e serviços públicos de saúde, conforme discriminados na Seção 5.214 do relatório técnico.

Não é a Oposição que está dizendo isso, não. Está aqui nas conclusões. Vou reler: "inclusão no cômputo das despesas com saúde para fins de cumprimento da Emenda Constitucional nº 29/2000, de despesas 'a priori' não correlacionadas diretamente a ações e serviços públicos de saúde, conforme discriminação na Seção 5.214 do relatório técnico".

Divergência apurada entre o montante registrado no Relatório de Execução de Investimentos em Programas Sociais Integrantes do Balanço-Geral do Estado, R\$40.879.782,13, e o informado pela Secretaria de Estado de Saúde por meio do Ofício nº 73/2005, que é o montante de R\$41.379.769,69. Em razão dessa ocorrência, é necessário seja apresentado detalhamento por número de empenho e valor liquidado das despesas realizadas no Programa Fortalecimento e Melhoria da Qualidade dos Hospitais do Sistema Único de Saúde - Pró-Hosp -, referente ao exercício de 2004.

Justamente estou lendo essas ressalvas da comissão técnico-operacional que subsidiou tanto os Auditores quanto os Conselheiros e o próprio Ministério Público, que não é especializado, mas está lá exercendo esse papel junto ao Tribunal de Contas.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Prezado Deputado Padre João, quero fazer um comentário sobre esses gastos com a saúde, mas, pelas observações que V. Exa. fez novamente sobre o Ministério Público que auxilia o Tribunal de Contas, gostaria de ponderar que é preciso termos prudência na reflexão, ou na avaliação, se é ou não competente; se é ou não imparcial. Aliás, ontem ouvi, e hoje foi noticiada, a indicação, a posse de uma Ministra para assumir o Superior Tribunal Militar. Trata-se de uma mulher, e, primeiramente, temos de louvar a quebra de preconceitos, de paradigmas, com a presença de uma mulher nas cortes superiores deste país, com sua sensibilidade, maturidade, experiência e competência.

Mas essa mulher que tomou posse, indicada pelo Presidente Lula, num processo previsto pela Constituição, era, até poucos dias, assessora direta da Presidência da República. Nem por isso vou julgar que ela não esteja habilitada ou que não tenha capacidade para exercer uma missão tão nobre - e olhe que estamos falando de alguém que estará efetivamente julgando.

Ao falarmos de técnicos que assumem a missão de assessorar o Conselho do Tribunal de Contas, é bom que quem está nos ouvindo saiba que eles não terão poder de julgar, aprovando ou condenando as contas. Esses técnicos, a quem V. Exa. se referiu na primeira parte do seu pronunciamento dizendo de ligações de determinados Procuradores com elementos da equipe do Governador, não julgarão contas, pois esse julgamento é feito pelos Conselheiros do Tribunal de Contas, que são indicados conforme prevê a Constituição mineira, assim como o Lula acaba de indicar alguém, conforme prevê a Constituição Federal: dentro da regra do jogo. É preciso que isso seja dito, pois quem acompanhou esse pronunciamento há alguns minutos - espero que ainda estejam acompanhando - pode pensar que estão fazendo as coisas ao arrepio da lei. Não; existem regras no jogo. Se essas regras precisam ser mudadas para o Presidente da República ou para o Governador Aécio Neves é outro aspecto. Mas, se elas aí estão, é preciso, antes de dizermos se as pessoas são qualificadas, se têm competência para assessorar, que façamos uma reflexão mais ampla, evitando coisas como: "aqui em Minas pode, e lá, no governo federal, não precisamos comentar".

A minha posição é muito clara, e esta Assembléia votou um projeto de lei em que os Procuradores que atuarem no Ministério Público, assim como aqueles que atuarem no Tribunal de Contas, terão de ser os admitidos por concurso público. É essa a minha posição, a da Assembléia, e o que está prevalecendo hoje. Está resolvido. Antes, isso não estava resolvido legalmente, e as coisas foram feitas como a lei permitia.

Agora quero fazer o meu aparte, que V. Exa. gentilmente me concedeu, e falar sobre a análise das contas referentes aos gastos com a saúde. Primeiramente, vejo que há um ponto em comum, e não somente entre mim e V. Exa. mas também entre toda a Bancada do PSDB, do PT, e as grandes lideranças que defendem a bandeira da saúde pública no Brasil, incluindo o Secretário Marcus Pestana e o Governador Aécio Neves, de que precisamos - aí cabe ao governo federal, que tem maioria no Congresso Nacional, tem o Presidente da Câmara e do Senado - colocar em pauta uma lei que regulamente a Emenda à Constituição nº 29, pois ela estabelece que o Estado, o Município e o governo federal têm de aplicar um determinado percentual na saúde, mas ele não foi regulamentado, explicando quais são os gastos.

Mas não regulamentou dizendo o que é, quais são os gastos. Existe esse ponto em comum. Tenho números precisos, que posso apresentar a V. Exa. O governo Lula agiu da mesma forma que o governo Aécio Neves, sem estar agindo de maneira ilegal. Não estou aqui querendo justificar um erro com outro. Isso não se justifica. O governo Lula também usa dinheiro da saúde para aplicar na Funasa, para saneamento público, no

Hospital Militar, no Fome Zero e em políticas públicas sociais. São todas elas importantes, mas não é o que queremos. Queremos que o dinheiro da saúde seja aplicado no SUS, para melhorar o atendimento nos hospitais, nos postos de saúde, para acabar com as filas e aumentar as vagas, para remunerar de uma maneira mais digna, para que o governo federal possa corrigir a tabela do SUS. É de competência do governo federal corrigi-la, e ela está congelada durante todo o governo do Presidente Lula. Se o governo Lula faz isso, não quer dizer que está fazendo errado, e não vim aqui para justificar que o governo Aécio Neves aplique de forma errada. Estou dizendo que nós dois defendemos a regulamentação. Hoje, não está regulamentada. Quando o governo Lula faz isso, não está agindo ilegalmente. Está fazendo algo que a legislação brasileira permite fazer, e o governo Aécio Neves, da mesma forma. Ele não está ferindo a atual legislação quando aplica parte dos investimentos feitos na saúde em atividades que ajudam a melhorar a saúde de maneira preventiva, o que não é uma aplicação direta no SUS. Há números concretos, com balanço recente, do ano passado, dos anos de 2006, 2005, 2004 e 2003, de Estados da Federação governados pelo PT que praticam isso da mesma forma. Lembro que não estou justificando um erro com outro, estou dizendo que, hoje, a legislação brasileira não regulamenta, de forma clara, o que são especificamente os gastos da saúde. Tanto que há um projeto tramitando no Congresso Nacional. Basta o governo federal querer, e a Bancada mineira quer. O Deputado Federal Rafael Guerra, Líder da Frente Parlamentar em Defesa do Sus, do PSDB, grita, pede e implora, todos os dias, que o governo o ajude a aprovar essa lei, regulamentando os gastos da saúde. Aproveite este momento para fazer um pedido: vamos nos unir, PSDB, PT, todos nós, para fazer um apelo ao Congresso Nacional para regulamentar a Emenda à Constituição nº 29. Não tenho dúvida de que o Brasil inteiro ganhará. O Governador Aécio Neves também já defendeu isso.

Quando não tínhamos a Emenda à Constituição nº 29, não tínhamos sequer a garantia de investimentos mínimos na saúde. O que ocorreu? Fui a Brasília, em caravanas, na época ainda era Prefeito de Divinópolis, e conseguimos sensibilizar o Congresso. Na época, José Serra era Ministro. O Ministro e o governo Fernando Henrique trabalharam com o Congresso, em que tinham maioria para votar a PEC nº 69, que foi transformada em Emenda à Constituição nº 29. Foi uma contribuição do PSDB.

Toda vez que você emenda a Constituição, para uma matéria dessa natureza, é necessário elaborar uma lei complementar para explicar como aquela emenda funcionará na prática. Só que o PSDB perdeu a eleição para o PT. Entrou o Presidente Lula, e, infelizmente, até hoje, não foi regulamentada a Emenda nº 29. A partir daquele dia, os Municípios passaram a ser obrigados, gradativamente, a chegar ao patamar de 15% de aplicação das suas receitas na saúde, e estão aplicando. Os Estados ficaram obrigados a chegar a um patamar de 10%, e o governo federal ficou obrigado a chegar a um determinado patamar, em função das suas receitas. Mas cada um tem entendido de uma maneira o que é gasto com a saúde. Minas teve um cuidado.

O Tribunal de Contas se manifestou por meio do Conselho do Tribunal de Contas. Não foi por meio de um ou outro Auditor, mas dos Conselheiros, no Pleno, no Tribunal, no júri. Fizeram um parecer, que foi aprovado, dispondo que gastos com saúde, para efeito da Emenda nº 29, seriam aqueles tais e tais. E a Secretaria de Saúde tem respeitado isso.

Portanto, Deputado Padre João, com todo o respeito a V. Exa., como Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira, estou absolutamente seguro de que as contas do Governador Aécio Neves relativas ao exercício de 2004 estão absolutamente dentro da legalidade. Logo, devem ser aprovadas. Isso não significa que devamos desistir da nossa luta pela regulamentação da Emenda nº 29, com a qual estou comprometido, assim como V. Exa.

Agradeço imensamente a V. Exa. pela concessão do aparte. Espero que possamos unir forças para que, mais uma vez, vencamos juntos esse desafio, em benefício da saúde pública no Brasil. Muito obrigado.

O Deputado Padre João* - Primeiramente, Deputado Domingos Sávio, gostaria de me referir aos que estão lá como Procuradores do governo, exercendo a função de Ministério Público Especial. Em momento algum, quis dizer que são incompetentes como pessoas. É o contrário, até elogiei a postura do Dr. José Marcos Rodrigues, que reconheceu que tinha sido remanejado para lá por um tempo provisório. Mas, como esse período estava alargando-se muito, ele saiu, devolvendo o dinheiro que recebia a mais. Uma atitude nobre, portanto.

Em relação aos outros que permaneceram, no que diz respeito à competência, eles apresentam as ressalvas, posso ler. Estou dizendo que está errado aonde quer que for, em nível nacional, em qualquer Estado, seja governado pelo PT, seja pelos democratas. E aproveito para fazer-lhes a nossa saudação, desejando êxito - o Deputado Doutor Viana está presidindo esta reunião. Não importa. Temos de fazer com que esse instrumento do Tribunal de Contas seja levado a sério. Nesse formato que está aí, não goza de credibilidade, infelizmente, por mais sérios que sejam tanto os técnicos quanto os Auditores ou o próprio Ministério Público.

A própria nomeação já foi questionada por nós e pelo Deputado Laudelino Augusto em outras épocas. Realizamos até uma Comissão Especial, para discutir a própria composição do Tribunal de Contas, os Conselheiros. Ora eram indicados pelo Governador - e isso é para todo o Brasil, não só Minas Gerais -, ora pela Assembléia. Pessoas indicadas julgariam as contas de quem as indicou. A composição está errada. Aqui, não tivemos sequer os indicados pelo Ministério Público. Como prevê a Constituição, seria alternando uma e outra indicação. Uma vez que não há esse Ministério Público Especial - é um erro -, que não haja indicação, sendo questionada a presença de alguns Conselheiros lá justamente por essa ausência.

Quero dizer que essas ressalvas são feitas por eles. Desejo concluir rápido, porque fico com um peso de consciência em relação aos servidores desta Casa. Gostaria de ler só as conclusões, onde são feitas as ressalvas. São todas pontuadas; não há como ler, na verdade. "Após o estudo do laborioso relatório técnico, esta auditoria entende que a presente prestação de contas merece parecer prévio pela aprovação com ressalvas," - está em letras maiúsculas - "nos termos do art. 145, II, do Regimento Interno desta Casa, postulando para que sejam adotados os procedimentos e recomendações sugeridos. É o nosso parecer".

O relatório pontua as ressalvas da pág. 839 à pág. 878. Item por item. Vou ler a conclusão: "De todo o exposto, este Ministério Público, junto ao Tribunal de Contas, opina pela emissão de parecer prévio e pela aprovação das contas do Exmo. Governador do Estado de Minas Gerais, com as ressalvas e recomendações constantes dos autos".

O parecer é de Eliane Cristina da Silva e Juliana Campos Horta de Andrade, a quem faço justiça. Não estou questionando a competência, e sim dizendo que o formato está errado. Não cabe ao Governador designar os Procuradores para estar junto ao Tribunal de Contas exercendo o papel do Ministério Público Especial. Essa é a questão. Parabenizo-as pelo parecer pela aprovação, porém com as ressalvas. Foi dado um prazo ao próprio Governador, que pediu prorrogação por mais cinco dias para apresentar as justificativas, que não convenceram os Auditores nem o próprio Ministério Público.

São eles que estão falando dos problemas em relação à saúde, e não a Oposição. V. Exa. sabe que, tendo boa-vontade, dá para interpretar a lei. Então, vamos interpretá-la favorável ao povo e garantir, de fato, a saúde. Eles colocam algumas coisas que não têm nada que ver com a saúde. Pode ter algum ponto que desperte confusão, mas outros não, mesmo em relação à Fapemig. Está aqui como ressalva o repasse à Fapemig.

O relatório tem mais de mil páginas. Não dá para ler tudo. Queremos valorizar o trabalho desses técnicos, como temos de tirar o chapéu para o técnicos desta Casa porque, sem eles, nós, Deputados, não conseguimos fazer nada. Temos de respeitá-los e valorizá-los de forma concreta, não só em palavras, quando procedem a um estudo e nos apresentam determinado parecer ao qual, às vezes, por conveniência política, damos uma decisão contrária. Infelizmente está acontecendo isso nesta Casa, nesta legislatura. São apresentados projetos de leis interessantes, mas

que não levam à sério o trabalho dos técnicos desta Casa. Aproveito a oportunidade para denunciar isso. Trata-se de trabalho feito durante meses para nós e, com uma "canetada" de segundos, num ato irresponsável, jogamos tudo por terra.

Agradeço a atenção dos senhores e peço perdão aos servidores, que às vezes chegam aqui às 6 horas da manhã.

Vocês me perdoem, mas, como cidadão e Deputado, tenho de cumprir o papel de salientar o que julgamos irregular, inconstitucional e ilegal. A continuação dessa tramitação é passível de nulidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Conto com o seu perdão.

O Sr. Presidente - Deputado Padre João, estamos cumprindo o nosso dever e ficaremos o tempo que for necessário. Portanto V. Exa. não precisa pedir perdão. Aliás, padre é que perdoa. Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência, nos termos do art. 244 do Regimento Interno, encerra a discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3.815/2006, uma vez que permaneceu na ordem do dia por 6 reuniões.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião ordinária de amanhã, dia 29, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 1ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Redação NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 21/3/2007

Às 14h15min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Gláucia Brandão e os Deputados Lafayette de Andrada, Agostinho Patrús Filho e Vanderlei Jangrossi, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Lafayette de Andrada, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Gláucia Brandão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e comunica o recebimento da seguinte proposição, para a qual designou o relator citado a seguir: Projeto de Lei nº 3.374/2006 (Deputado Agostinho Patrús Filho). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 3.374/2006 (relator: Deputado Agostinho Patrús Filho). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de abril de 2007.

Lafayette de Andrada, Presidente - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão.

ATA DA 5ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Segurança Pública NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 27/3/2007

Às 9 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sargento Rodrigues, Paulo Cesar e Leonardo Moreira, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes, e informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 22, 61, 100, 122 e 127/2007. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Paulo Cesar (2), em que pede seja formulado voto de congratulações ao Governador do Estado por seu esforço para melhorar as condições de segurança pública; e em que solicita seja realizada reunião para discutir, em audiência pública, a redefinição da maioria penal na legislação brasileira; Sargento Rodrigues, em que pede seja realizada reunião para discutir, em audiência pública, a expansão do serviço de recolhimento de valores nas casas lotéricas por carros-fortes; e Delvito Alves, em que pede seja enviado ofício ao Diretor da Penitenciária Mariano Antunes, em Marabá (PA), solicitando que Leandro Martins Carneiro possa aguardar julgamento em local adequado à sua recuperação física e psíquica. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de abril de 2007.

Sargento Rodrigues, Presidente - Délio Malheiros - Paulo Cesar - Leonardo Moreira.

ATA DA 6ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 29/3/2007

Às 9h10min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Délio Malheiros, Carlos Pimenta e Walter Tosta, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Walter Tosta, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 203 a 207/2007. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de abril de 2007.

matéria votada

Matéria Votada na 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA da 1ª sessão legislativa ORDINÁRIA da 16ª legislatura, EM 3/4/2007

Foram aprovadas as seguintes proposições:

Em redação final: Projetos de Resolução nºs 579/2007, da Mesa da Assembléia, e 1.151/2003 e 1.897/2004, da Comissão de Fiscalização Financeira.

ORDENS DO DIA

Ordem do Dia DA 24ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, EM 4/4/2007

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.702/2005, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Governador do Estado referentes ao exercício de 2004. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3.815/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Governador do Estado referentes ao exercício de 2005. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 260/2007, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Gonçalo do Pará o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 123/2007, do Deputado Ivair Nogueira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Monsenhor Paulo o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 3ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h15min do dia 4/4/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 247 e 253/2007, da Comissão de Direitos Humanos; 258, 259 e 263/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 267/2007, do

Deputado Jayro Lessa; e 276/2007, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 5ª reunião ordinária da comissão de Saúde Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h15min do dia 4/4/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 7/2007, do Deputado Paulo Guedes; 26/2007, do Deputado Ivair Nogueira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia: Requerimentos nºs 8, 11 e 12/2007, do Deputado Doutor Viana; 58 e 60/2007, do Deputado Célio Moreira; 84 a 87/2007, do Deputado Gustavo Corrêa; 109 a 114/2007, do Deputado Dimas Fabiano; 119/2007, do Deputado Hely Tarquínio; 120 e 121/2007, do Deputado Jayro Lessa; 182 a 193/2007, do Deputado Leonardo Moreira; 198/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 213/2007, do Deputado Doutor Viana; 240/2007, do Deputado Doutor Rinaldo; 246/2007, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 4ª reunião ordinária da comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 4/4/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 450/2007, do Deputado José Henrique.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 227, 228 e 260/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 241/2007, do Deputado Doutor Rinaldo; 243/2007, do Deputado Zezé Perrella; e 268/2007, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 6ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 4/4/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 11/2007, do Governador do Estado; 68/2007, do Deputado Paulo Guedes.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 234/2007, do Deputado Delvito Alves; 270/2007, do Deputado Leonardo Moreira; 274/2007, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Realização de debate, com a presença do Sr. José Carlos Carvalho, Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Presidente do Copam, sobre as atividades dessa Secretaria e desse órgão em 2006 e os planos e projetos a serem desenvolvidos em 2007.

Ordem do dia da 5ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10h30min do dia 4/4/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 42 e 43/2007, do Governador do Estado; 360/2007, do Deputado Mauri Torres.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 181/2007, do Deputado Gustavo Valadares; 279/2007, do Deputado Célio Moreira; 323 e 325/2007, do Deputado Zé Maia.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 2ª reunião ordinária da comissão de Redação Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h15min do dia 4/4/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 4ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15h30min do dia 4/4/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 5ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15h30min do dia 4/4/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 226/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva e 269/2007, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 4ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 16h30min do dia 4/4/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 236, 237, 238 e 239/2007, do Deputado Arlen Santiago.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 9 horas do dia 4/4/2007, destinada à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; e, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos, e, 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Resolução nºs 2.702/2005, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Governador do Estado referentes ao exercício de 2004; e 3.815/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Governador do Estado referentes ao exercício de 2005; e dos Projetos de Lei nºs 123/2007, do Deputado Ivair Nogueira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Monsenhor Paulo o imóvel que especifica; e 260/2007, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Gonçalo do Pará o imóvel que especifica; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 4 de abril de 2007.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Participação Popular

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Eros Biondini, Carlin Moura, Gustavo Valadares e João Leite, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 4/4/2007, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber a delegação cubana que estará em Belo Horizonte para participar das atividades da XV Convenção Nacional de Solidariedade a Cuba e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 3 de abril de 2007.

André Quintão, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 450/2007

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado José Henrique, o Projeto de Lei nº 450/2007 "transfere sede de entidade educacional para capital do Estado".

Publicada no "Diário do Legislativo" no dia 22/3/2007, a proposição foi distribuída a esta Comissão para receber parecer quanto aos aspectos de juridicidade, constitucionalidade e legalidade, conforme preceitua o art. 188, c/c o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

De acordo com o art. 1º da proposta em análise, a Fundação Presidente Antônio Carlos, criada pela Lei nº 3.038, de 19/12/63, tem sua sede transferida para a Capital. O art. 2º dispõe que em até 60 dias a Fundação deverá efetuar a transferência, comunicando o fato aos órgãos oficiais competentes.

A referida fundação, antes denominada Fundação Universitária da Mantiqueira, hoje Fundação Presidente Antônio Carlos, tem sede atualmente no Município de Barbacena. Como anota o autor da proposta, a Fundação expandiu suas atividades para outras localidades mineiras e, por isso, em Belo Horizonte terá melhores condições de atuar e de prestar serviços mais eficientes.

O projeto apenas se limita a autorizar a transferência de sede, o que poderia ser feito na via administrativa não fosse o disposto no art. 1º da lei instituidora da fundação, que fixou a sede em Barbacena.

Não se verifica, em seu conteúdo, nenhum vício jurídico. Igualmente, não se encontram óbices de natureza formal. Apenas se impõe, no art. 2º, por razões de clareza, definir o momento a partir do qual se inicia o prazo de 60 dias para a fundação efetuar a transferência, que, pelo que se vê na proposta, ainda que de modo implícito, é a partir da publicação da lei.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 450/2007 com a Emenda nº 1, a seguir apresentada.

Emenda nº 1

Dê-se ao art. 2º a seguinte redação:

"Art. 2º - Dentro do prazo de até sessenta dias, contados da publicação desta lei, a Fundação deverá efetuar a transferência, comunicando o fato aos órgãos oficiais competentes."

Sala das Comissões, 3 de março de 2007.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente e relator - Sargento Rodrigues - Lafayette de Andrada - Hely Tarquínio - Gilberto Abramo.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

Discursos Proferidos em 28/3/2007

O Deputado Eros Biondini - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, amigos presentes nas galerias e telespectadores da TV Assembléia, meus cumprimentos. Quero hoje, de maneira sucinta, fazer dois registros referentes à semana passada. Antes disso, gostaria de mencionar que, hoje, o nosso querido amigo Deputado Miguel Martini completa mais um ano de vida. Comunico esta data festiva, desejando toda a felicidade do mundo a ele, que é nosso companheiro de luta, sobretudo em defesa da vida.

O Deputado João Leite (em aparte) - Queria reunir-me a V. Exa. nessa homenagem ao nosso grande companheiro Miguel Martini, aniversariante do dia. Nossos abraços a esse querido amigo. Obrigado.

O Deputado Eros Biondini - Obrigado, Deputado João Leite. Há pouco conversei com o Miguel Martini, que mandou um abraço a todos os Deputados desta Casa, onde deixou amigos e saudades.

Dois acontecimentos marcaram significativamente este meu início de vida parlamentar, na semana passada. O primeiro se refere à visita da Comissão de Participação Popular à Colônia Santa Isabel, em Citrolândia. Considero essa visita um verdadeiro sucesso e uma vitória do Poder Legislativo do nosso Estado, e também do povo que recebeu seus representantes em suas comunidades. Acredito ter sido a primeira vez que, de maneira oficial, a Assembléia se deslocou, em comitiva, a uma colônia de hansenianos. Fomos muito bem recebidos pelo Dr. Ricardo, Diretor da Colônia, e acompanhados pelo Dr. Getúlio. Eu e o Deputado André Quintão percorremos toda a colônia, fomos aos pavilhões feminino e masculino de tratamento, visitamos o centro de curativos e o acervo histórico e artístico. E visitamos também um dos moradores mais conhecidos da colônia, por sua história: o Sr. Paulo. Foi muito importante a ida da Comissão de Participação Popular à Colônia Santa Isabel. A alegria daquelas pessoas ao nos receberem nos emocionou e comoveu. Essa satisfação também tomou conta do nosso coração. Há bastante tempo, Sr. Presidente, atuo junto à Comunidade Mundo Novo, na Colônia Santa Isabel - como já falei aqui algumas vezes -, acompanhando de perto esse povo sofredor, mas também batalhador.

Hoje, a Colônia Santa Isabel é referência no tratamento de hanseníase e suas seqüelas. O pavilhão de tratamento masculino passou por recente reforma, ganhou novos aparelhos, o que melhorará consideravelmente o atendimento aos pacientes. Vimos também a tecnologia de ponta sendo utilizada em tratamento de feridas. Considero necessário parabenizar o Governador Aécio Neves, por meio da Fhemig, por essas melhorias e investimentos na colônia. É um lugar de muito sofrimento e, como as demais, requer cuidados, necessidades e demandas. Trouxemos algumas das demandas e queremos transformá-las em requerimentos na Comissão de Participação Popular, da qual fazem parte os Deputados João Leite, Gustavo Valadares, Carlin Moura e André Quintão - que é o Presidente.

Tenho a honra de ser Vice-Presidente dessa bela Comissão. Valeu a pena termos ido à Colônia Santa Isabel acompanhados pela competente assessoria desta Casa, pelos assessores do Deputado André Quintão e pelos meus. Os repórteres e a equipe jornalística desta Casa também nos acompanharam durante a visita, sobre a qual a TV Assembléia fez uma matéria muito bonita. Eu não poderia deixar de registrar a visita que fizemos à Colônia Santa Isabel, fato que, acredito, engrandece não só o meu mandato, razão de eu estar aqui, mas também esta Casa, pois a aproxima de realidades, até então, um pouco distante.

O Deputado André Quintão (em aparte) - Serei breve, a fim de não tomar o tempo reservado a seu importante pronunciamento.

Parabenizo V. Exa., em razão do compromisso social, da ética e da preocupação que tem com as questões sociais. Dessa forma, tem imprimido à Comissão de Participação Popular um perfil ainda mais próximo dos movimentos sociais, das pessoas que fazem parte dos segmentos mais esquecidos pela sociedade, por nós, da Assembléia, e pela imprensa.

Como V. Exa. demonstrou, muito se tem avançado. Essa visita serviu para demonstrar não só os avanços, mas também o que ainda é preciso ser feito. Como coordenador desse processo e motivador da visita, V. Exa. sabe que há questões importantes de titulação, de adequação do transporte coletivo e de espaços públicos da Fhemig, a fim de que cumpram bem o seu papel. Sabemos que a Assembléia Legislativa tem esse importante papel. Pedi o aparte apenas para cumprimentá-lo e destacar a contribuição que, em curto espaço de tempo, V. Exa., como Vice-Presidente, tem dado à Comissão, junto com os Deputados João Leite, Carlin Moura e Gustavo Valadares. Obrigado.

O Deputado Carlin Moura* - Em primeiro lugar, parabenizo-o pela brilhante iniciativa. V. Exa., que é detentor de grande carisma, também possui a qualidade de levar luz às pessoas. Acompanhei-o numa visita à mesma colônia, junto com o Senador Tião Viana, que, na oportunidade, lançou um importante projeto. Refiro-me ao lançamento da Campanha Nacional de Indenização das Vítimas de Hanseníase, vítimas da política pública equivocada que o País adotou. Então, pude perceber que V. Exa. mora no coração daquelas pessoas. Agora, retorna à colônia, onde faz esse brilhante trabalho. A comunidade merece, e V. Exa. está sempre levando-lhe essa luz maravilhosa. Parabéns. Obrigado.

O Deputado Eros Biondini - Agradeço ao Deputado Carlin Moura o apoio. Considero especial a nossa Comissão, da qual tenho a honra de fazer parte.

Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana, querido Deputado João Leite, tratarei também de um acontecimento de suma importância para mim e, acredito, para todos nós. No dia 24, sábado passado, fui convidado pelo Movimento Nacional de Defesa da Vida para participar de um ato público na Praça da Sé, em São Paulo. Na verdade, tratava-se de uma manifestação suprapartidária e ecumênica de reprovação, protesto contra o projeto de lei que propõe a legalização do aborto até os nove meses de gestação. Estive lá em nome da Frente Parlamentar em Defesa da Vida, recém-editada por nós, e tem a assinatura de quase todos os senhores aqui presentes. Esse ato reuniu diversas autoridades políticas, civis e religiosas. Aliás, eu representei o nobre Deputado Miguel Martini, que não pôde comparecer. Gostaria de citar algumas autoridades que lá estiveram: D. Nelson Westrupp, Presidente do Conselho Episcopal Regional Sul 1 da CNBB; Dr. Cícero Harada, Presidente da Comissão da Defesa da República e Democracia da OAB de São Paulo; Sheik Jihad Hassan Hemedá, representante do Diretor do Centro Islâmico do Brasil; Bispo Adriel de Souza Maia, da Igreja Metodista; Dra. Marília de Castro, Coordenadora do Comitê Estadual do Movimento Nacional em Defesa da Vida; Nestor Masotti, Presidente da Federação Espírita Brasileira; Dra. Marlene Nobre, médica; Dr. Rogério Pinto Coelho Amato, Secretário Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social; Dra. Lilian Piñero, biomédica, cientista e pesquisadora da Unifesp; Deputado Reinaldo, nosso companheiro; Dra. Alice Teixeira, professora associada de biofísica da Unifesp-EPM, na área de biologia celular; Reverendo Auri Vieira Reynaldet, membro da Diretoria Nacional da IPI do Brasil; e o nosso querido Pe. Marcelo Rossi, grande amigo e uma das pessoas que mais me incentivava nessa nova missão. Além desses, uma grande multidão superlotou a Praça da Sé e levantou bandeiras, uma delas a bandeira em defesa da vida e contra o aborto, crime, na minha concepção, hediondo, pois assassina as pessoas mais indefesas - os embriões, os fetos que estão no ventre da mãe.

Deputado João Leite, hoje não terei tempo hábil para discorrer sobre esse assunto, do qual estou ciente, pois há cerca de 12 anos, vivo essa realidade. Além de vivê-la por causa do movimento de que participo, vivo-a também como médico-veterinário, já que me especializei em manipulação e em transferência de embriões de equinos. Tenho acompanhado esse processo de manipulação de embriões desde a sua concepção e do seu deslocamento para o útero. Sabemos que a vida começa na concepção, e o sofrimento do aborto também começa na concepção.

Em breve, usando o art. 70, se Deus quiser, quero discorrer sobre esse assunto com mais tempo. Apresentarei fotos e depoimentos de cientistas para mobilizarmos toda a população e mostrar-lhe que a vida começa, até digo, antes da concepção. Deputado João Leite, trouxe a Bíblia, onde no 1º Capítulo Jeremias diz: "Antes de formar-te no seio da tua mãe, eu já contava contigo". "Antes de saíres do ventre eu já te consagrei". Esse projeto de lei é absurdo e precisa de ter nossa total rejeição. Concedo aparte ao Deputado João Leite.

O Deputado João Leite (em aparte) - Não tenho tempo para apartear-lo como gostaria e o assunto merece, mas, Deputado Eros Biondini, quero dizer-lhe que estou totalmente inscrito nessa luta. Eu, minha família, minha Igreja e o grupo que tive oportunidade de criar com outros atletas - Atletas de Cristo -, sou um dos fundadores e está em mais de 50 países. Estamos inscritos com a nossa vida nesse tema em Defesa da Vida, contra o aborto. Estou inscrito ainda para falar sobre esse tema. E também a partir da frente parlamentar. Estou também nessa luta.

O Deputado Eros Biondini - Obrigado. Gostaria de dizer que também essa Casa terá uma bandeira, um mastro para sustentá-la. Enquanto estivermos aqui nesses quatro anos ela não será descerrada - a bandeira da luta em defesa da vida. Encerrando, gostaria de mais uma vez citar uma linda passagem onde o salmista David diz: "Senhor, me sinto seguro em suas mãos como uma criança se sente no ventre da sua mãe". Hoje, infelizmente, essa frase é ameaçada, porque não há segurança por meio desses projetos de lei. Registro a presença do meu pai, do meu irmão e de alguns amigos nas galerias, o que me alegra e me surpreende. Nossa bandeira é a luta em defesa da vida, a luta contra a cultura da morte e do aborto. Dizemos "não" a isso e "sim" à vida. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Deiró Marra - Sr. Presidente, senhoras, senhores, telespectadores da TV Assembléia, estamos nesta tribuna por várias razões. Começaremos pelos agradecimentos - por que não dizer? - das conquistas. Houve conquistas para as nossas regiões e, acima de tudo, para o povo mineiro. Em Minas, temos de trabalhar diuturnamente pela segurança, pela educação, pela saúde e pela vida, como bem defendeu o Deputado Eros Biondini.

Nesse linear, agradeço ao nosso Governador, que, brilhantemente, atendeu ao clamor do povo da região de Patrocínio, concedendo a transformação da 87ª Companhia de Polícia Militar, que fazia a guarnição na nossa região, em 46º Batalhão da Polícia Militar. Depois de muito tempo e de uma árdua e frutífera luta pela segurança na nossa região, foi uma conquista histórica, que, a exemplo de outras, também foram agraciadas.

Desde o primeiro dia de nosso mandato, não medimos esforços para concretizar esse grande sonho. Realizamos diversas audiências e contamos com o empenho do Governador Aécio Neves, que oficializou a implantação do Batalhão em Patrocínio. Reporto-me aos idos de 2004 e 2005, quando estava na Presidência do Conselho de Segurança, instituição que tivemos a honra de fundar há mais de 10 anos. Foi modelo dos Conseps, nascendo em Patrocínio, laboriosa cidade, que, com sua comunidade, com o clamor de seu povo pode dar exemplo para Minas, por meio da união da comunidade, e mostrar que esse Estado tinha um lugar, uma saída, um novo objetivo em relação à segurança.

Confessamos que, hoje, sentimo-nos extremamente satisfeitos com a implantação do 46º Batalhão da PM, uma vez que o crescimento da violência e da criminalidade em nossa região é fato incontestável. Esse clamor foi atendido, o que pode ser comprovado pelo cidadão. Diante dos esforços tradicionais da Polícia Militar, reconhecemos as limitações das técnicas e táticas atuais. Não obstante isso, também somos obrigados a estender aqui o nosso louvor e o nosso mérito a essa tão grandiosa corporação que orgulha todos os mineiros, mártires da Inconfidência.

A nossa região clamava por maior segurança, e Minas continua clamando. Tenho certeza de que esse clamor chegará ao ouvido do Sr. Governador, e, na medida do possível, as demandas serão atendidas.

O cenário estadual se torna fundamental, e a importância da descentralização de comandos mostra que o caminho tem sido percorrido e perquirido por nosso governo. Somos gratos pela dedicação demonstrada nesse empenho, pelo nosso ilustre Vice-Governador, Dr. Antônio Augusto Anastasia, juntamente com o Secretário de Estado de Defesa Social, Dr. Maurício Campos, que também não mediu esforços para a conquista desse batalhão para a nossa cidade. Ganhou Minas e ganhou a região do Alto Paranaíba, porque hoje se pode ver o desenvolvimento e a geração de riqueza, pois, junto à segurança, vem, com certeza, a geração de riqueza. A eles, os nossos reconhecimentos e méritos.

Em nome da população de Patrocínio e região, quero dizer, mais uma vez, que, sem essa segurança assegurada, garantida, jamais teríamos o crescimento e a garantia de novos investimentos para Minas e para Patrocínio e região. Sr. Presidente, a partir de agora, mudarei o foco deste discurso, pois hoje demos início a uma discussão fundamental, que, para nós, será tema de debates calorosos que por aqui acontecerão. Quero crer que essa questão do plano lançado pelo Ministro da Educação, motivo de debates, inclusive de reunião conjunta entre a nossa Comissão e a Comissão de Participação Popular, levou-nos a aprofundar os debates sobre o Fundeb.

Hoje há uma questão premente, a revisão dos censos, para que Minas possa ganhar com a elaboração do censo escolar e para que as nossas creches, que não estão sendo incluídas nesses censos com os números atendidos, sejam mapeadas. Assim, ao participarmos hoje de audiência pública na reunião da comissão, pudemos apontar os caminhos que vamos perquirir junto com a nossa Secretária de Educação, Profa. Vanessa, pela qual tenho a mais profunda admiração. A Comissão de Educação, ao lado da Secretaria de Educação, poderá buscar os melhores caminhos para a equalização do censo da forma mais rápida possível. Assim, as crianças que se encontram nas creches serão informadas para que o Fundeb tenha ciência desses números e para que parte da verba federal realmente seja alocada a Minas.

É importante ressaltar isso, pois é exatamente esse o nosso trabalho parlamentar: ouvir e ir até as bases buscar as dificuldades encontradas pelos professores, pelas escolas e pelas Prefeituras. Somos um canal, um catalisador para fazer com que o governo do Estado tenha a melhor informação nas mãos, a fim de que ele possa repassá-la ao governo federal. Isso é muito importante, tendo em vista que faz parte do efetivo trabalho demonstrado pelas comissões. A Comissão de Educação tem dado mostra desse trabalho.

Sr. Presidente, permita-me abrir um parêntese sobre a informação que vou apresentar, relativa ao nosso descontentamento.

Temos em mão as notas taquigráficas do discurso do nosso companheiro Ademir Lucas, que fez menção à Comissão de Educação, incluindo seu trabalho em outras cidades. Tivemos e temos a certeza de um trabalho sério, feito de forma muito competente e coesa. O nosso objetivo é levar esta Assembléia ao interior, cumprir o nosso papel ouvindo os que realmente precisam ser ouvidos. A Assembléia não tem como receber todos aqui.

Tivemos a felicidade de realizar audiência pública, na semana passada, em Contagem, junto com o companheiro Carlin Moura. Lá a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia discutiu um caso premente, que diz respeito à utilização do Parque Fernão Dias e ao Sesu. Quero crer que cumprimos a nossa missão de levar àquela comunidade todo o empenho, para que o questionamento suscitado pelas cidades de Betim e Contagem fosse resolvido de maneira clara e objetiva.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)* - Deputado Deiró Marra, Presidente da Comissão de Educação, parabeno V. Exa. pela brilhante audiência pública realizada no Município de Contagem e reforço as suas palavras. Parece que alguns colegas, em que pese a seus anos de

experiência na vida parlamentar, não tomaram o cuidado de ler com cautela o Regimento Interno da Casa. As regras são claras e transparentes ao estabelecerem que as audiências públicas destinadas a ouvir convidados não exigem quórum para instalação, ou seja, elas podem realizar-se com a presença de um, dois ou mais parlamentares. Em Contagem, o objetivo era justamente ouvir os convidados, que prestaram muitos esclarecimentos à população local.

É importante salientar que o nosso Regimento Interno tem uma ferramenta fundamental: as audiências públicas. Deputado André Quintão, Presidente da Comissão de Participação Popular, talvez essa seja a parte mais sublime do nosso Regimento, porque é o momento que temos para ouvir a comunidade. Portanto, V. Exa. está de parabéns. Aconselho aos nossos colegas Deputados, mesmo os mais experientes que nós, que chegamos agora, terem mais cautela e lerem com carinho o Regimento Interno desta Casa. Muito obrigado.

O Deputado Deiró Marra - Muito obrigado, Deputado Carlin Moura. Conhecemos bem os detalhes do Regimento, mas não entrarei na seara da questão, se as notas estão contra ou não o Regimento. Realizamos um trabalho que sempre nos propusemos a realizar. No dia da posse, fizemos isso com os colegas parlamentares, posicionando-nos atentos a ouvi-los.

Convidamos todos a participar da realização dessa audiência pública da nossa Comissão, que tem cinco membros atuantes. O nosso objetivo foi alcançado, e levamos, sim, para aquelas cidades, a Assembléia, representada por seus parlamentares. Buscamos a solução dos problemas, porque é isso o que realmente precisamos fazer.

Finalizando, Sr. Presidente, gostaria de estender as nossas felicitações à exemplar Escola Atenas, da nossa cidade de Patrocínio, pelos excelentes resultados obtidos. Seus alunos obtiveram as melhores notas da região no Exame Nacional do Ensino Médio - Enem. Isso demonstra que Patrocínio, no Alto Paranaíba, tem dado mostra de competência através dessa escola, que atende também com bolsa aos alunos mais carentes.

Gostaria também de estender nossos votos de felicitações à Escola Estadual Dom Lustosa, escola de padres, da qual com muita honra sou ex-aluno, e que tem dado exemplo.

Finalizando, Sr. Presidente, sabemos da importância do ensino e que Minas Gerais, por meio do governo Aécio Neves, tem feito muito nessa área. Debatesmos exaustivamente sobre isso. Portanto temos a consciência de que, à frente dessa Comissão, trabalharemos diuturnamente para não somente ajudá-lo, mas também a Secretaria, a fim de que o ensino em Minas seja de formação crítica, que, acima de tudo, possa avaliar, e os mineiros possam crescer com sua educação. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, Deputadas, Deputados, imprensa, público que nos vê pelas galerias e pela TV Assembléia, funcionários da Casa; gostaria de iniciar falando da importância que o nosso Governador Aécio Neves tem dado à segurança pública do nosso Estado. Aliás, no final do ano passado, quando se reuniu com a nossa bancada, foi claro e, com muita ênfase, disse-nos que, cada vez mais e melhor, continuaria trabalhando em todos os setores que o Estado já estava caminhando e avançando; porém a segurança seria a vitrine do seu segundo mandato.

Venho aqui hoje, num ato de agradecimento ao Governador Aécio Neves, que atendeu ao apelo não somente nosso, mas também do Prefeito da nossa cidade de Curvelo e dos nossos Vereadores. Há um ano, estivemos com o Governador para solicitar-lhe atenção especial em relação à segurança da nossa região central de Minas, mais precisamente em torno da região da nossa Associação dos Municípios do Médio Rio das Velhas - Amev. Ele nos atendeu, nomeou e criou não somente na nossa região, mas também em várias outras do nosso Estado, algumas regiões militares da Polícia Militar. Por exemplo, ao criá-la em Curvelo, leva para lá Companhias Independentes da Polícia Militar, companhia especial da área de meio ambiente e batalhões. Com isso, reforça a segurança, traz melhorias no policiamento e contribui para a segurança do povo do nosso querido Estado.

Por ser o coração de Minas, a Cidade de Curvelo está estrategicamente posicionada para atender a todos os Municípios daquela região. Desejo trazer a público o meu agradecimento ao Dr. Maurício Campos Júnior, nosso Secretário de Estado de Defesa Social, e ao Coronel Hélio dos Santos Júnior, Comandante da PM. A união de todos foi decisiva para a instalação dessa regional da Polícia Militar em Curvelo. Isso é muito importante, porque nos dá mais tranquilidade, traz desenvolvimento, faz crescer a cidade e a região. Ninguém vai para uma cidade sem segurança. Esse é um assunto extremamente importante que eu queria trazer ao conhecimento desta Casa e de todos que nos vêem.

Trago, ao mesmo tempo, o agradecimento do Prefeito Maurílio Guimarães, que vem fazendo uma bela administração. Ele tem sido parceiro da Polícia Militar e da Polícia Civil, sem medir esforços para estar atento às necessidades da nossa polícia.

Gostaria de dizer também que, depois de amanhã, nos encontraremos com Dr. Marco Antônio, Chefe da Polícia Civil, para iniciarmos os entendimentos para a instalação de um comando da Polícia Civil mais amplo na nossa região. Já que as duas Polícias caminham unidas, trabalhando e somando pelo bem da sociedade desde o início do governo Aécio Neves, vamos equiparar as nossas Polícias, para que ambas continuem prestando esse grande serviço à região central de Minas.

Quero também destacar o investimento anunciado pela Usiminas, de US\$2.600.000.000,00, correspondendo a mais de R\$5.400.000.000,00, o que possibilitará a produção de 7.000.000t de aço em Ipatinga, a partir do ano de 2010, permitindo um aumento da produção em 45%. Segundo reportagem publicada no jornal "Estado de Minas", o projeto já foi aprovado pelo Conselho de Administração da Usiminas, constituindo a primeira etapa de um plano maior de crescimento, depois do ano 2010, que incluirá uma expansão de mais de 3.000.000t anuais de aço e investimento de US\$2.600.000.000,00. O Presidente daquela empresa, Rinaldo Campos Soares, que há muito tempo faz um grande trabalho, informou que, em março de 2008, terá início a construção do projeto de expansão, que incluirá um novo e moderno alto-forno.

Considerando todos os projetos anunciados e em andamento pelo Grupo Usiminas no Brasil, teremos investimentos da ordem de US\$8.400.000.000,00 até o ano de 2015. São de empresas desta envergadura que o nosso Estado e o nosso país precisam. O investimento nos traz muito emprego e desenvolvimento. Precisamos desses projetos e damos a todos o nosso apoio. Parabenizamos a Usiminas, que acaba de receber em seu quadro de administradores o magnânimo Wilson Brumer que, por mais de quatro anos, prestou serviços ao nosso Estado na Secretaria de Indústria, Comércio e Desenvolvimento.

Com essa aquisição, com esse pulmão novo, tenho certeza de que a empresa ganha mais competência e capacidade para crescer e trazer desenvolvimento a nosso Estado e ao País.

Ainda nesse assunto, desejo frisar que a Samarco Mineração, empresa exportadora principalmente do grupo Vale do Rio Doce, registrou recorde de exportação, e a produção em Minas Gerais atingiu mais de 15.300.000t em 2006, em comparação com as 14.900.000t em 2005. A maior parte das vendas foi para a China - cerca de quase 30% -, entretanto, houve redução dessas vendas ao gigante asiático em relação ao ano anterior, 2005. Já os negócios para a Europa cresceram de 17% para 21%. Comprovadamente, a Samarco é outra grande empresa que

beneficia e engrandece o nosso Estado.

Queremos citar ainda a empresa multinacional Alstom, que assinou, neste mês de março, protocolo de intenções junto à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico para a instalação de unidade em Belo Horizonte. Esse é outro motivo de aplauso para a economia mineira e de muita alegria para todos nós, mineiros, pois esse é mais um sintoma de crescimento da nossa economia, que será incrementada com tal ação. Os negócios dessa multinacional, conhecida por sua atuação nos setores de energia e transporte, serão voltados para soluções ambientais para mineradoras e siderúrgicas em Minas. Em três anos, os investimentos da Alstom atingirão cerca de R\$40.000.000,00. Consideremos necessário fazer esses registros, pois, quando acontecem falhas dessas mineradoras, como Presidente da Frente Parlamentar das Empresas Mineiras, não deixamos de denunciá-las e de cobrar delas responsabilidades, como ocorreu em Miraf, há meses. Cobramos a responsabilidade da empresa, e agora, neste momento de regozijo, precisamos fazer a nossa manifestação e trazer os fatos ao conhecimento do povo mineiro.

O terceiro assunto sobre o qual quero tecer considerações, pois é muito importante, é o aniversário de 16 anos do Código de Defesa do Consumidor, completados no último dia 15 de março. Esse foi, para todos nós, um grande avanço, não só para Minas, mas também para todo o País. O Código do Consumidor realmente trouxe conquistas extraordinárias para a população. Ele resgatou e está preservando os direitos dos consumidores, que anteriormente não tinham praticamente nenhuma garantia diante de problemas com os produtos adquiridos. Hoje é diferente: temos a ação maiúscula de um órgão que presta um grande serviço de valorização dos direitos da sociedade. O Código é um marco para a defesa dos consumidores brasileiros, e o período de incerteza e dúvidas em que vivíamos foi superado, ficou para trás.

Sempre que comentamos sobre o Código de Defesa do Consumidor, lamentamos o fato de, até hoje, o governo não ter regulamentado também o Código de Defesa do Contribuinte. O contribuinte gera recursos e empregos. Há vários anos, votamos, nesta Casa, o Código de Defesa do Contribuinte. Isso ocorreu no governo Itamar Franco. O contribuinte tem, por vezes, os seus direitos desrespeitados, e precisamos dar garantia a essas pessoas que produzem o desenvolvimento, que geram renda e emprego em nosso Estado.

O Código de Defesa do Consumidor completa 16 anos. Solicito, por meio da Secretaria de Fazenda do nosso Estado, que o Governador faça os últimos acertos para a sua regulamentação. O nosso objetivo é que os dois Códigos vigorem igual e simultaneamente, dando direito também a esse setor da sociedade que tanto contribui para o desenvolvimento do nosso Estado. Essas são as nossas considerações. Muito obrigado.

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, a Assembléia Legislativa realizou hoje pela manhã - e já foi aqui relatado pelo Presidente da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática, Deputado Deiró Marra - uma audiência pública conjunta com a Comissão de Participação Popular. Eu chamaria a atenção dos Srs. Deputados, das Sras. Deputadas e da imprensa, pois o tema tratado é importante e está relacionado à política de educação infantil em Minas Gerais.

No Brasil, particularmente agora nos meses de março e abril, está-se realizando o censo escolar anual. Em Minas Gerais, há uma subnotificação de matrículas da educação infantil no que concerne a crianças atendidas em creches comunitárias e creches filantrópicas. O que isso quer dizer e o que representa? Todo recurso partilhado entre União, Estados e Municípios para a educação tem por base o censo escolar, ou seja, crianças e adolescentes matriculados nos vários níveis e etapas - ensino infantil, fundamental e médio -, e nas várias modalidades de ensino - educação de jovens e adultos, ensino básico, educação especial e ensino técnico-profissionalizante.

A coordenação do censo escolar é de responsabilidade do Inep, um instituto vinculado ao Ministério da Educação. O Inep compartilha a operacionalização desse censo com Estados e Municípios. Há um questionário e uma regra básicos. Chamo a atenção das Deputadas e dos Deputados para o que acontece em Minas Gerais. No Estado, por um acordo feito entre a Secretaria e o Inep, é retirada do censo escolar uma pergunta referente às entidades filantrópicas e comunitárias que ainda não têm a autorização de funcionamento - inscrição nos sistemas municipal e estadual de educação.

Por exemplo, há uma creche num Município mineiro. Ela existe, tem centenas de crianças atendidas e geralmente não recebe nenhum recurso da Prefeitura ou do Estado. Quando há, é aquele convênio da série histórica da antiga Legião Brasileira de Assistência, hoje comandado pelo Ministério do Desenvolvimento Social. Em muitos casos, essa creche não tem apoio alimentar, dependendo da doação de pessoas de boa-vontade ou de um sacolão. Os profissionais, geralmente, não têm a habilitação necessária ou nem sequer a adequada remuneração.

A entidade, portanto, tem dificuldade de se adequar aos critérios de funcionamento e registro do Sistema Estadual de Educação. Em Minas, essa criança não é contada para efeito do censo escolar. É como se ela não existisse. O que isso significa? No momento de direcionar os recursos, essa criança não é contada. Se não é contada, o Município não receberá alimentação escolar nem recursos financeiros para aplicar na creche a fim de melhorar o atendimento.

Hoje realizamos uma audiência pública com a presença de vários representantes da educação infantil, entre eles os fóruns mineiro e brasileiro de educação infantil, e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Ensino Infantil, além da participação de vários Deputados e Deputadas, alguns dos quais estou vendo aqui, Deputados Carlin Moura, Deiró Marra, Eros Biondini e Deputada Ana Maria Resende.

Há alguns dias, realizamos uma audiência pública na Assembléia para incluir as creches comunitárias na partilha de recursos do Fundeb. Levamos um abaixo-assinado ao Congresso, e hoje soube que a Deputada Fátima Bezerra incluiu nossa sugestão em seu relatório, ou seja, a de incorporar as creches conveniadas ao poder público para efeito de recebimento do Fundeb. Foi uma luta nacional com a presença desta Casa. Agora, aguardamos a votação pelo Congresso.

O censo escolar feito em 2007 servirá de referência para a partilha de recursos em 2008. De que adiantará garantirmos que o Fundeb possa destinar recursos proporcionais às matrículas do ensino infantil diretamente gerenciado pelo poder público - seja em que nível for, mas principalmente pelo municipal, ou pelas entidades conveniadas a ele -, atendendo creches comunitárias e filantrópicas, se, na hora da partilha, Minas Gerais, por uma decisão que não compreendo, não apresenta no censo escolar as entidades que efetivamente prestam atendimento na rede infantil que não é conveniada, mas que existe na rede filantrópica e comunitária.

É importante vir à tribuna fazer esse apelo publicamente. Apelo para que a Secretaria de Educação mude esse critério e estimule os Municípios a criar os seus sistemas municipais de educação. E que esses sistemas estimulem as entidades da sociedade civil a entrar com a solicitação de autorização de funcionamento. E, enquanto essas entidades não cumprirem todos os requisitos, que as crianças atendidas constem do censo escolar. Do contrário, trata-se de um jogo de soma zero: a entidade não pode ter um profissional habilitado, uma instalação digna nem uma brinquedoteca; o Município não tem recurso para apoiar; e o Estado se nega a reconhecer que aquela criança está sendo atendida. O recurso não vai para o Município nem para a creche, e a criança continua sendo atendida em situação precária, enquanto o Município não provê o bom atendimento àquela entidade.

Reitero o apelo para que o Estado mude esse critério. Cito o exemplo de Belo Horizonte e do Prefeito Fernando Pimentel relativo às creches comunitárias. Há alguns anos, desde os governos Patrus, Célio e Pimentel, com a Prefeitura, foi feita a transição. Hoje, o modelo é compartilhado. As creches estão subordinadas ao sistema municipal de educação, com apoio das Secretarias Estaduais de Abastecimento e de Assistência Social nas áreas alimentar e social, respectivamente. A Prefeitura fez um mutirão para autorizar cerca de 200 creches comunitárias a fazer a sua inscrição, e o censo escolar de Belo Horizonte incorpora todas as crianças das creches comunitárias. Houve vontade política do Prefeito Pimentel, um movimento articulado das creches comunitárias, e nós, do movimento, acompanhamos e lutamos para que a Prefeitura

assim procedesse.

Agora queremos que a mesma coisa ocorra no âmbito estadual. Já solicitei ao Líder do governo, Deputado Mauri Torres, e ao Deputado Deiró Marra, que preside a Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática, uma audiência com a Secretária Estadual de Educação. A hora é agora; o censo escolar é agora. É preciso que essas unidades de ensino infantil não conveniadas tenham o código de estabelecimento para que acessem, de maneira informatizada, o censo escolar do INEP e entrem com o registro das crianças. Do contrário, milhares de crianças de Minas ficarão sem o recurso. Vejo tanta cobrança sobre pacto federativo e investimento do governo federal! Basta o governo do Estado, por meio da Secretaria de Educação, ampliar o censo escolar real das crianças das unidades filantrópicas e comunitárias de educação infantil para que venha mais recurso para a educação infantil e a alimentação escolar em 2008. Essa é uma luta suprapartidária do movimento de educação infantil nacional e estadual, e está na dependência de uma decisão do Estado.

E, para não dizer que só estou apontando as falhas do governo do Estado, quero dizer que, se o Estado restringe, o Inep, que é federal, tem de fazer a sua parte: buscar ampliar esse censo escolar. Portanto, apelo ao Inep para que acompanhe mais de perto essa situação. No censo escolar de 2005, constavam 11 mil crianças atendidas em creches comunitárias. Só em Belo Horizonte, há 23 mil crianças. Com certeza, o próximo censo terá esse número, pois, como já disse, a Prefeitura já cadastrou todas elas.

Por fim, aproveitando os 2 minutos finais, quero convidar as Deputadas e os Deputados a participar da reinstalação da Frente Parlamentar dos Direitos da Criança e do Adolescente. Amanhã, às 14h30min, no auditório desta Assembléia Legislativa, a Comissão de Participação Popular, atendendo a solicitação da Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, reinstalará a Frente Parlamentar dos Direitos da Criança e do Adolescente da Assembléia Legislativa. Essa Frente funcionou na legislatura de 1998 a 2002, e teve a honra de coordenar a sua implementação na legislatura de 2002 a 2006. Agora, com a adesão de mais de 55 parlamentares, vamos reinstalá-la a partir de amanhã, numa audiência pública da Comissão de Participação Popular.

O mais importante, Srs. Deputados, Sras. Deputadas e telespectadores, é que a agenda política dessa frente parlamentar é sugerida pelos movimentos sociais. Então, na audiência pública de amanhã, os movimentos sociais presentes nos dirão quais os pontos prioritários a ser enfrentados, até para que façamos um trabalho integrado com as demais comissões permanentes da Casa.

Deixo aqui o apelo. Acredito que a Secretária de Educação tenha sensibilidade para acolher essa reivindicação do movimento e da Assembléia Legislativa, pois é da área de educação. Solicitamos a análise dessa situação e uma audiência das duas Comissões, a de Educação e a de Participação Popular. As crianças de Minas Gerais efetivamente atendidas podem e devem receber os recursos federais, e, isso, só depende de uma decisão do governo do Estado: incluir creche comunitária e filantrópica no censo escolar. Obrigada, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Roberto Carvalho - Querido Presidente, Deputado Doutor Viana; querido Deputado Dalmo Ribeiro Silva; companheiros e companheiras; e telespectadores da TV Assembléia. Só poderia vir de Ouro Fino a gentileza do Deputado Dalmo Ribeiro Silva de ceder-me este espaço.

Sr. Presidente, no sábado passado, em Ubá, iniciamos as comemorações dos 150 anos de história da nossa querida Ubá: o sesquicentenário de nascimento cívico. Já dizia o grande poeta mineiro, o nosso Guimarães Rosa: "Minas são várias, Minas são muitas, Minas é onde a encruzilhada encontra a curva, os horizontes encontram as montanhas. Minas das culturas, das gentes, homens e mulheres construindo o amanhã, labutando, criando, fazendo...".

Na Zona da Mata, nascida dos caminhos dos tropeiros errantes, a nossa Ubá, cidade carinho, está completando, neste ano, meu amigo Deputado Durval Ângelo, 150 anos. Ubá de Ary Barroso, o grande poeta e músico. Ubá do Senador Levindo Ozanam Coelho, do Governador Ozanam Coelho, do Prof. Pires da Luz, que formou gerações e gerações ubaenses.

Ubá do Dr. Fecas, do Ginásio São José, que marcou o ensino, a cultura e o saber de Minas, do Brasil e do mundo. Ubá do Dr. Campomizzi, um dos grandes Promotores da história do Ministério Público. Ubá do Sr. Pedro Soares, um lenhador que fez a vida com o machado, meu querido Sebastião Helvécio, mas, acima de tudo, com a dignidade do trabalhador, construindo família e imagem na comunidade. Ubá do combativo Euro Arantes. Ubá do Prof. Albino, da Escola de Direito da UFMG. Ubá do Prof. Toninho Pregoça, com seu velho e querido PMDB, da época de luta pela resistência à ditadura. Ubá da Profa. Loreto, uma das grandes historiadoras que tivemos na rede de ensino público, em Minas Gerais; do ator Mauro Mendonça; de Néelson Ned; dos industriais José Parma e Lincoln César, que colocaram o Município como o segundo pólo moveleiro da indústria nacional. Ubá da fé de Pe. Cornélio; do escritor Antônio Olinto, presente na Academia Brasileira de Letras. Ubá do Tamanquinho, grande cronista e poeta do futebol ubaense. Ubá de Xavier Pereira, o jornalista do "Em Dia com a Notícia" e suas mais de 10 mil edições ininterruptas. Ubá do grande Edson Furtado Caiassa, o grande "canife de canife" do jornal "O Canivete", que resistiu à ditadura e funcionou durante décadas. Era um jornal, meu querido Sebastião, que tinha correspondentes no Rio, em Belo Horizonte, em Milão, em Londres e em Paris, naquela época, para se ter uma idéia.

Ubá dos grandes craques Guará e Nicola, a maior dupla de artilheiros que encantou os gramados mineiros e nacionais. Ubá de D. Amália; de João Conrado; da pianista D. Carminha, sobrinha de Ary Barroso; de Antônio da Paixão Carneiro, pioneiro na luta ambiental; de Ferdý Carneiro, fundador da Banda de Ipanema; dos Montezzi; dos Gonçalves; do Dr. Ary, ex-Deputado Estadual; do querido Deputado Ibrahim Jacob, do PDT de Sebastião Helvécio e de Brizola - um brizolista do grupo dos 11. Ubá dos De Felippo; dos D'Ávila; dos Monteiro de Castro; dos Brandão Teixeira; dos Felix; dos Mazzei; dos Aleixo; dos Santos e seus automóveis.

Enfim, Ubá de homens e mulheres famosos, anônimos, guerreiros, que juntos construíram uma história bela e vigorosa e, acima de tudo, construíram a cultura da convivência, da harmonia, da seriedade, do trabalho e da dignidade. É tudo isso e muito mais que iremos comemorar no dia 3 de julho deste ano. Parabéns a todos os que construíram essa história e aos que hoje constroem e fazem a história da nossa cidade-carinho.

A generosa terra da manga, da política, da cultura e dos móveis nos abraça a todos, exalando sempre o perfume da solidariedade. São 150 anos de carinho à vida e a Minas, com Minas, por Minas e em Minas, a todo tempo. Obrigada, Sr. Presidente, e parabéns à nossa Ubá.

O Deputado Wander Borges - Sr. Presidente, o requerimento do Deputado Juninho é de extrema importância. Temos uma obra na BR-381, na divisa de Sabará com Santa Luzia. No final de 2004, assinei um primeiro convênio para o início daquela obra. Já se passaram os anos de 2005, 2006, e estamos em 2007, mas até agora ninguém sabe onde vai parar aquilo. Essa situação tem causado transtornos e mais transtornos para toda a sociedade. Há muitos engarrafamentos. Há dias em que ficamos de 4 a 5 horas parados. Imaginem se isso acontece com uma ambulância! O paciente acabará morrendo a caminho do hospital.

Essa obra está sob a responsabilidade do Exército Brasileiro, com aporte de recursos do DNIT. Temos de discutir essa situação, pois é preciso criar uma metodologia que dê condição de se ter maior velocidade para essa obra, a fim de que seja entregue o mais rápido possível. É inadmissível o que tem acontecido ali em Santa Luzia. A obra é bonita, é boa, e trará benefícios. Mas a obra tem de ter início e término.

Quando se apresenta uma obra daquele porte, infere-se que os recursos já estão assegurados, em dotações orçamentárias. Esse requerimento veio em boa hora, Sr. Presidente.

O Deputado Carlin Moura* - Exmo. Sr. Presidente, Deputadas, Deputados, público presente, servidores da Assembléia, telespectador da TV Assembléia, o tema em discussão diz respeito à Resolução nº 2.702/2005, da Comissão de Fiscalização Financeira, que avalia as contas do Governador do Estado de Minas Gerais referentes ao exercício de 2004.

Sr. Presidente, caros ouvintes e telespectadores, o Parlamento cumpre dois papéis especiais. Um, por meio da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que define regras para investimento do que o Estado arrecada. Talvez seja a lei mais importante, pois permite saber como o Estado investirá o produto da arrecadação tributária. Trata-se de uma lei fundamental, aprovada todos os anos para execução no ano seguinte. E o outro papel importante da Assembléia de Minas Gerais é o julgamento da prestação de contas do administrador público.

Esses dois pontos são fundamentais, dada a importância de diversas legislações que esta Casa define. Ainda ontem, votamos neste Plenário a prestação de contas do governo Aécio Neves referentes ao exercício de 2003. Tivemos o entendimento e procuramos votar uma emenda que permitia aprovação das contas, com ressalvas. No entanto, em função da sistemática de aprovação da resolução, a emenda não era possível, e optamos pela rejeição das contas.

Entendíamos que havia três graves equívocos que impedia a aprovação das contas. Primeiro, a aplicação da verba da saúde. Em 2003, nos termos da Emenda Constitucional nº 29, o Estado deveria investir 10% da arrecadação na saúde, mas somente 6,69% foram aplicados diretamente nesse setor. Saúde pressupõe investimentos diretos no SUS, e, pela interpretação do governo do Estado, 3,31% foram aplicados em outros investimentos não relacionados ao SUS diretamente. O segundo ponto diz respeito ao art. 212 da Constituição do Estado, que prevê o repasse de 1% para a Fapemig, que também não foi cumprido. Por fim, entendemos que havia irregularidades no repasse do Fundef, que foi depositado no caixa único do Estado. Essas foram as irregularidades graves que nos levaram a votar pela rejeição das contas do Governador. Voto minoritário, prevalecendo a opinião da maioria desta Casa.

E agora entramos na discussão do exercício de 2004. Considero importante contextualizarmos a prestação de contas, que está inserida num contexto histórico e econômico. Vivemos um momento específico na administração pública brasileira tanto no âmbito federal quanto nos âmbitos estadual e municipal. Talvez hoje tenhamos duas grandes correntes no direito público e no direito administrativo brasileiros: uma de caráter neoliberal, que tem a concepção do Estado mínimo, e outra de caráter social. Portanto, nesse contexto, temos de discutir as prestações de contas do Governador Aécio Neves.

Com base nessa concepção macroeconômica, que, infelizmente, prevalece para a maioria dos nossos administradores, vivemos algumas contradições fundamentais. A primeira é que assistimos a um grande decréscimo da participação da renda do trabalhador. Em 1949, o percentual da renda do trabalhador era de 56,6% na renda nacional, e o do capital correspondia a 43,4%. Já em 2003, a situação se inverteu, e a renda do trabalho caiu para 39,7% enquanto a do capital subiu para 60,3%. É uma concepção de Estado não a serviço da renda do trabalhador, mas a serviço da renda do capital.

Outra questão fundamental nessa concepção do Estado mínimo: assistimos a um crescimento vigoroso da carga tributária. E a carga tributária cresce sobre o quê? Ela é distribuída em cinco pontos básicos: consumo, mão-de-obra, patrimônio - quem tem a propriedade -, renda - especialmente os investimentos financeiros - e uma quinta categoria, que são outros elementos.

Na nossa opinião, a situação brasileira demonstra um grave desvio. Primeiro, a grande massa tributária incide sobre o consumo, ou seja, sobre o consumidor que vai à padaria para comprar pão ou leite ou ao supermercado para comprar 1kg de feijão, leite e o pão de cada dia, e sobre a mão-de-obra, que, por sua vez, incide sobre a folha de trabalho, que é descontada na fonte. Para se ter uma idéia, segundo dados de 2004, atualmente a carga tributária corresponde a 50,7% sobre o consumo, 27,23% sobre a mão-de-obra, 3,25% sobre a propriedade, o patrimônio, e 14% sobre a renda.

Por que estamos falando disso? Porque a concepção em vigor em Minas Gerais se amalgama, encaixa-se na visão de Estado em que se valorizam principalmente o patrimônio e a renda, com grande aumento da tributação justamente nos gastos chamados sociais, por exemplo, a conta de água e de luz. Isso gerará um resultado muito interessante, mas não benéfico para o trabalhador em geral. Temos, na política do déficit zero, um grande crescimento da arrecadação do Estado e, em contrapartida, um decréscimo dos investimentos sociais. É a lógica do Estado neoliberal, que impera em Minas Gerais hoje.

No que diz respeito à prestação de contas de 2004, conforme consta do relatório técnico da Comissão de Acompanhamento da Execução Orçamentária do Tribunal de Contas do nosso Estado, traz diversas irregularidades que motivaram ressalvas apresentadas também na emenda apresentada pelo Bloco PT-PCdoB. Dentre essas irregularidades, as quais consideramos insanáveis, há o descumprimento das vinculações constitucionais referentes à saúde e ao fomento à pesquisa científica e tecnológica, em razão da desobediência de preceitos constitucionais e do elevado prejuízo causado à população. Há uma marca comum em todas as prestações de contas do governo Aécio Neves, no que diz respeito à polêmica já apresentada do cumprimento da Emenda à Constituição nº 29, que fixa o percentual de investimento na área da saúde.

Quando se discute o investimento na área da saúde, indago-me a respeito da aplicação da verba na saúde. Levanta-se todo e qualquer tipo de tese. A tese mais importante e fundamental dos que não querem a aplicação integral dos investimentos na saúde é que a Emenda à Constituição nº 29 não teria sido regulamentada. Esse é um argumento, "data maxima venia", simplório, porque fico imaginando o governo, o poder público, a autoridade pública dizerem a um trabalhador comum, um homem do povo, que deixará de arrecadar o tributo "a" ou "b", ou a taxa de contribuição "a" ou "b", em função da ausência de regulamentação. O que acontece, no dia-a-dia, é que cobram impostos até sem existir lei. Muitas vezes, as taxas e contribuições, como taxas de incêndio, de iluminação pública, de credenciamento de veículo, são até questionáveis constitucionalmente, mas o poder público estará rigorosamente em dia nas suas cobranças. Nunca vi um administrador público dizer que deixará de cobrar o imposto porque ele não está devidamente regulamentado. Mas o contrário pode, o contrário se defende. A Emenda à Constituição nº 29 não foi regulamentada.

Ora, basta a simples leitura do capítulo da saúde na Constituição da República, na Constituição Federal, na Constituição cidadã brasileira, para entendermos que saúde pública não tem muito segredo. O art. 198 da Constituição Federal determina que as ações e os serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes. Traduzindo: o art. 198 determina que as ações do serviço público integram o SUS. Aliás, o SUS é o posto de saúde que está na sua rua, em seu bairro, onde, muitas vezes, o cidadão comum não encontra médico nem remédios.

À noite, um trabalhador, ao sentir uma forte dor de cabeça, ao ser acometido por uma hemorragia ou por uma virose, procura o posto de saúde mais próximo, mas lhe é informado que ele não funciona no referido horário. Sem dispor de transporte público, o trabalhador terá de atravessar a cidade em busca de um posto que possa atendê-lo. Além disso, muitas vezes, ao chegar ao posto, ele não encontra médico.

De acordo com o art. 198 da Constituição, as ações constituem o Sistema Único de Saúde - SUS. Ou seja, é o posto de saúde, o hospital público, enfim, é a rede pública de saúde. As diretrizes são: descentralização com direção única em cada esfera de governo; atendimento integral com prioridade para as atividades preventivas sem prejuízos assistenciais; participação da comunidade.

De acordo com o § 1º, o SUS será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes. Nesse artigo, já está inserida a redação da Emenda à Constituição nº 29.

Então, pergunta-se: considerando-se a realidade brasileira, a saúde pública diz respeito ao SUS ou a outros sistemas? Qualquer pessoa que não consegue pagar um plano de saúde particular não sentirá dificuldades em responder a essa pergunta. Em nosso país, saúde pública diz respeito ao SUS.

Suponhamos que se faça a seguinte pergunta a uma dona de casa e a um trabalhador: meu amigo e minha senhora, se vocês tivessem dinheiro para aplicar na saúde, investiriam no SUS ou em outro sistema? Como dependem do SUS, responderão que vão investir nele. Portanto, na minha opinião, é falso dizer que o investimento na saúde não se direcionou diretamente ao SUS porque estamos esperando a regulamentação da Emenda à Constituição nº 29. Para mim, trata-se de uma falsa polêmica, de uma falsa premissa. Tanto isso não é verdade que, para o Conselho Nacional de Saúde, a saúde pública diz respeito ao SUS. A própria Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2003 teve esse entendimento, que posteriormente foi modificado.

As contas de 2004 continuam no mesmo caminho. No que se refere às despesas obrigatórias em ações e serviços públicos de saúde, há diversas tentativas de se burlar o mandamento constitucional, fato reiteradamente denunciado pelos Deputados que compõem o Bloco PT-PCdoB, ontem tão criticado no que tange à prestação de contas do exercício de 2003. O mesmo vício que detectamos em 2003 se repete no exercício de 2004.

De acordo com o relatório técnico do Tribunal de Contas, respeitadas as determinações constitucionais e infraconstitucionais, os seguintes gastos, em princípio, não são compatíveis com as ações e serviços públicos de saúde, em parte ou na totalidade: despesas com aposentados, encargos sociais com aposentados, precatórios e sentenças judiciais, despesas de exercícios anteriores, despesas com táxis, passes, pedágios, recepções, hospedagens, festividades, homenagens, multas e serviços de divulgação, todos constantes na prestação de contas do Governador Aécio Neves, totalizando, em 2004, mais de R\$161.000.000,00, que não foram aplicados no SUS. Esses recursos não chegaram ao hospital, ao posto de saúde, não foram aplicados na compra de remédios nem nos exames especializados.

Esta Casa, legítima representante do povo mineiro, eleita pela soberania popular para defender os seus interesses, estará mais uma vez referendando essa visão de que gastos que não são do SUS poderiam ser considerados como gastos da saúde?

"Além desses valores, devem ser excluídas despesas no total de R\$317.000.000,00, que são financiadas por meio de tarifas públicas cobradas aos usuários". Ora, esse procedimento está em desacordo com o art. 196, da Constituição da República, que garante o acesso universal e igualitário às ações e aos serviços de saúde, assim como o parágrafo único do art. 186, da nossa Constituição mineira, que garante a gratuidade de atendimento à saúde, e com o próprio texto da Emenda à Constituição nº 29, que determina a aplicação na saúde de 12% da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências.

Portanto não poderiam ser computadas as tarifas públicas cobradas aos usuários como investimentos da saúde.

Vamos fazer as contas: R\$317.000.000,00 com R\$160.000.000,00. Já se passou aí de R\$450.000.000,00 de mecanismos contábeis, visando a fazer com que a verba destinada à saúde chegue a sua origem constitucional que é o SUS. O próprio relatório técnico do Tribunal de Contas do Estado determina que, não obstante a lei orçamentária determinar que as despesas possam ser consideradas para fins da aplicação da emenda à Constituição, a inclusão de cada uma delas só pode ser admitida se obedecer ao imperativo de serem inerentes às ações de saúde, atendendo a características explicitadas na Constituição republicana e nas leis infraconstitucionais, pelo que recomenda a adequação mensurada das despesas aplicadas.

"Feitas as deduções necessárias para conduzir a legalidade das contas prestadas sobre despesas em ações e serviços de saúde, o percentual de execução recua para 8,5%, em clara desobediência à Constituição da República." O erro se repete. Em 2003, investiram-se 6,69% diretamente na saúde; e o percentual era para ser 10%. Em 2004, o percentual já é de 12%, mas investiram-se 8,5%. O erro continua repetindo-se na prestação de contas.

Não bastassem essas irregularidades, o Executivo Estadual, representado pelo Governador Aécio Neves, inclui, entre as despesas apontadas para apuração do mínimo constitucional da saúde, mais de R\$356.000.000,00 na unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde, inscritos como Restos a Pagar. Desses R\$357.000.000,00, R\$322.000.000,00 não estavam ainda liquidados, constituindo serviços e materiais da área de saúde que não foram disponibilizados aos cidadãos.

Parece-nos suficiente, para justificar a rejeição das contas relativa à vinculação constitucional para amparo e fomento à pesquisa, citar o parecer do Tribunal de Contas, que afirma que os recursos não foram repassados em parcelas mensais equivalentes a um doze avos no mesmo exercício.

A prestação de contas de 2004 repete a irregularidade, no que diz respeito ao repasse à Fapemig. Durante o ano de 2004, foi repassado um total de um pouco mais de R\$38.000.000,00. No final do exercício, tivemos o valor de R\$78.000.000,00 - em janeiro de 2005 -, evidenciando, como em anos anteriores, que o Estado fez o maior repasse no final, a fim de dar cumprimento ao dispositivo constitucional, desobedecendo à determinação de que o repasse deveria ser feito mês a mês, de forma duodecimada.

A prática constante das transferências finais é apenas escritural e é realizada em janeiro do exercício seguinte, portanto motiva a abertura de vista em exercícios anteriores, até por parte do Tribunal, tendo sido objeto de recomendação por parte do relator, quando da análise das contas do exercício de 2003. Contudo, conforme relatado, o procedimento vem sendo sistematicamente repetido, além de confirmado pela Secretaria de Fazenda. Ante o procedimento, só podemos concluir pela irregularidade do procedimento.

A receita corrente líquida tem sua forma de apuração definida na Lei Complementar nº 101/2000, que é a Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina a exclusão de duplicatas, ou seja, a subtração dos recursos transferidos para outras unidades orçamentárias.

Conforme se verifica no relatório do Tribunal de Contas, a receita corrente líquida não foi corretamente calculada. O Estado não deduziu a parcela patronal do plano de seguridade social do servidor nem as contribuições patronais e dos servidores relativas à saúde. A ausência de tais deduções eleva outro mecanismo. Outro artifício contábil eleva o valor da receita corrente líquida, que, da forma calculada pelo Estado, corresponde a quase R\$17.000.000.000,00, mais precisamente R\$16.695.979.754,35. É um dinheirão, difícil até de pronunciar. Imaginem como é difícil para o cidadão comum entender esse dinheirão todo. Enquanto isso, os devidos ajustes, descontados os valores em duplicata, cairiam para R\$15.620.000.000,00. É uma diferença de pouco mais de R\$1.000.000.000,00, dinheiro suficiente para construir muitos hospitais, contratar bastantes médicos e comprar muitos remédios pelo Estado afora.

A ausência das deduções eleva a base de cálculo para a apuração do limite da despesa de pessoal, da reserva de contingência e da dívida consolidada e do limite para a realização de operações de crédito. Trata-se de mais um mecanismo contábil na prestação de contas que, no

nosso entender, não seria a forma mais adequada e mais correta.

Note-se ainda a inscrição em restos a pagar no total de R\$904.000.000,00. Com isso, o Poder Executivo, que já apresentava insuficiência de disponibilidade financeira, no valor de aproximadamente R\$2.800.000.000,00, alcançou o valor de R\$3.700.000.000,00, o que demonstra a impropriedade da propaganda de déficit zero.

Aos senhores que nos vêem pela TV Assembléia e ao público presente, devo dizer que o déficit zero pressupõe que o Estado não possui dívidas. No entanto, na sua prestação de contas, existem os restos a pagar. Na expressão "restos a pagar", há palavras difíceis, bonitas, mas, traduzidas para o cotidiano do cidadão, são as dívidas do Estado. Em 2004, essa dívida alcançou a casa dos R\$3.700.000.000,00. Então, a propaganda do déficit zero, tão propalada e fartamente divulgada nos meios de publicidade e propaganda do Estado, não é tão zero assim, pois o Executivo despendeu mais de R\$1.000.000,00, no exercício.

Quanto às despesas com publicidade, esse é um outro ponto grave no nosso entendimento, em face das prestações de contas. Tudo que é impopular depende de uma boa propaganda para convencer. Remédio amargo, por exemplo, depende de frasco bonito, porque, se o remédio é bom, ele não precisa ter o frasco bonito.

A política do déficit zero, bem como a política de contenção de gastos do governo Aécio Neves, para serem bem aceitas aí fora, dependem de uma poderosa máquina de propaganda.

Respeitamos profundamente a soberania popular, que, aliás, reconduziu o Governador Aécio Neves, com mais de 73% dos votos válidos na última eleição. Respeitamos essa opinião dos eleitores mineiros, mas é importante tentar entender quais são os mecanismos que estão por trás disso.

Existe uma poderosa máquina de propaganda em curso, em Minas Gerais, e a prestação de contas nos chama a atenção para isso. Quantas foram as despesas com publicidade, nas quais o Executivo gastou R\$49.800.000,00, ou seja, cerca de 106% a mais do que foi gasto em 2003. Com isso, verifica-se o descumprimento do disposto no art. 7º da Lei nº 13.768, de 2000, já que são poucos os órgãos e as entidades que publicam o órgão executante ou empresa contratante, o objeto da publicidade, a empresa publicitária e os valores totais e mensais do contrato.

As publicações, de maneira geral, trazem somente o nome do favorecido, o trimestre da realização da despesa e o valor pago. Portanto, a máquina de propaganda persiste de forma muito eficaz dentro dessa política do déficit zero.

Não estou aqui querendo fazer nenhum tipo de censura ao livre exercício da publicidade do poder público, porque batalhamos para ganhar a opinião pública pelo equilíbrio desses gastos com propaganda.

Na semana passada, mal tínhamos aprovado o projeto da criação da subsidiária da Copasa e já aparecia estampado, em todos os grandes jornais do Estado, que o problema do déficit da água e do esgoto, do Norte de Minas e do Jequitinhonha, estava sendo resolvido.

É uma propaganda preocupante, porque vende-se uma ilusão ao pobre povo mineiro, ao sofrido povo mineiro.

Devo salientar que, no prazo para apresentação de emendas na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, o Bloco PT-PCdoB apresentou a Emenda nº 1, recomendando a aprovação das contas referentes ao exercício de 2004, ressalvadas as partes referentes ao cumprimento das vinculações constitucionais às ações e aos serviços públicos de saúde e ao amparo e fomento à pesquisa, apontando as referidas irregularidades. No nosso entendimento, as contas deveriam ser aprovadas com essas ressalvas, até porque Minas Gerais é um Estado que sempre esteve na vanguarda da política brasileira, na luta contra a ditadura militar, na redemocratização do País, na eleição e na reeleição do Presidente Lula. Portanto, creio que deveria continuar nessa vanguarda e dar uma lição para o País, com bom exemplo. Isso poderia ocorrer se, independentemente da regulamentação da Emenda à Constituição nº 29, pudéssemos presentear o povo mineiro com investimentos de 12% em atividades de saúde diretamente relacionadas ao SUS, sem outras verbas - nada de obra de saneamento, saúde animal ou despesas com táxi, festa ou comemoração. Dinheiro da saúde tem de ir para a saúde. Essa seria uma grande contribuição para o povo de Minas Gerais.

Quero também chamar a atenção para alguns aspectos que essa política implica. Podemos aprender com uma análise mais detalhada dessas contas do governo Aécio Neves. Há poucos dias, reunimo-nos aqui com a coordenação intersindical que representa os servidores públicos do Estado de Minas Gerais. Quando se fala em servidor público, a população tem de entender que o Estado se materializa nos seus servidores, ou seja, teremos um Estado eficiente e eficaz se o servidor, que fica na ponta da linha, estiver satisfeito, seja o médico, seja o enfermeiro, seja o coletor de lixo, seja o atendente de balcão. Para isso, eles precisam estar de bem com a vida, tendo, pois, uma remuneração digna. Mas, o que percebemos é que o caminho seguido não foi o de valorização do servidor público. Ao contrário, na reforma administrativa de 2003, assistimos à redução do adicional do tempo de serviço, ao fim da política salarial de diversas categorias, como a da gloriosa Polícia Militar, a que, na época, o nosso querido e saudoso ex-Presidente Itamar Franco concedeu um piso salarial de seis salários mínimos, totalizando R\$1.000,00 -, e à quebra da estabilidade. Não houve reajuste salarial, apesar de o Índice de Preço ao Consumidor Amplo - Ipca - ter ficado em torno de 23% a 25%.

Na semana passada e nesta, assistimos ainda à gloriosa batalha dos Defensores Públicos de Minas Gerais, que estão em greve há 48 dias, em prol de uma remuneração digna.

Na prestação de contas, percebemos que, no período de 2003 a 2005, houve um crescimento de 48% da receita do Estado. Esse crescimento se deu em cima do quê? Em cima do aumento das taxas sociais, como as contas de água e de luz, especialmente. Não há como o trabalhador fugir dessas contas. Como pode ficar sem água e sem luz? No pagamento da conta de água e de luz da nossa casa, já vem embutida a maior taxa tributária do País.

Nesse período, houve um aumento de gastos de 52,5% com a dívida. Este deveria ser o ponto: o aumento de gasto com a dívida pública para pagar os juros dos credores. Para os credores, tudo pode; para pagar o serviço da dívida, tudo pode. Aumento de 52%! Numa hora como esta, o Estado deveria dizer: não há lei regulamentando; vamos deixar para pagar depois. Para investir em saúde, não há lei regulamentando, mas, para pagar os gastos com a dívida, não há problema, pois o dinheiro está lá no dia-a-dia.

No período de 2001 a 2005, houve um crescente aumento de 70% da arrecadação do ICMS. Essa é a segunda maior arrecadação do País, em que pese aos nossos gloriosos fiscais da Receita que estão em 19º lugar em matéria de remuneração. Tivemos uma receita total, de 2003 a 2005, com crescimento de 48%; e, para a despesa, um crescimento de 36,45%.

Quanto à despesa com servidores públicos, em que pese à receita ter crescido 48%, essa despesa cresceu somente 13,63%. Aí está traduzido o modelo de gestão; o verdadeiro conteúdo do choque de gestão, que é o Estado mínimo, ou seja, sobrecarrega-se o trabalhador com aumento da tributação, avilta-se, diminui-se e desvaloriza-se o servidor público e mantém-se em dia o pagamento da dívida pública.

Sr. Presidente, essas questões nos preocupam muito, pois dizem respeito à vida do povo aí fora. Essas prestações de contas nos ajudam a entender a realidade do Estado. Às vezes, a propaganda obviamente não leva aos lares das pessoas o lado ruim da notícia. Na sua própria essência, a propaganda é para divulgar o que se considera bom. Poderíamos ter uma propaganda, por exemplo, para levar a voz daqueles servidores sem atendimento no Ipsemg, dos agentes carcerários - somente 1.200 são efetivos e 10 mil, contratados -, dos Delegados de Polícia - dos 80 Delegados aprovados no último concurso, 32 solicitaram exoneração, pois Minas Gerais paga o segundo pior piso salarial do País. Aliás, Minas deveria ser notícia na grande imprensa nacional se pudéssemos ter o orgulho e o privilégio de dizer que aqui se aplicam 12% na saúde.

Mas, infelizmente, somos notícia na grande imprensa nacional, como por exemplo na "Folha de S. Paulo" do dia 11 de março, que publicou, em uma importante reportagem, que, segundo a análise dos dados do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde, o Siops, foram investidos somente 6,87%, sendo que a emenda à Constituição determina os 12%, ou seja, deixaram de investir R\$771.000.000,00, descumprindo a Emenda à Constituição nº 29 e a Resolução nº 322, de 2003, do Conselho Nacional de Saúde.

Segundo os dados do jornal, foram investidos 6,87%, mas, conforme os nossos, foram investidos somente 6,89%. Nesse aspecto, Minas perde somente para o Rio Grande do Sul. Essa é uma situação que muito nos preocupa, e entendemos que registrar as ressalvas na prestação de contas é uma grande contribuição desta Assembléia, tão digna de representar o povo de Minas Gerais, para o avanço das políticas públicas em Minas Gerais e para a construção de uma nova sistemática da aplicação dos gastos públicos no Estado.

Entendemos, então, que o caminho correto seria encaminharmos a votação, no momento oportuno, para que a prestação de contas de 2004, caso aprovada, seja feita com as ressalvas aqui apresentadas, ou seja, o descumprimento da Emenda à Constituição nº 29, a irregularidade no repasse de 1% da Fapemig e a irregularidade na discriminação de verbas publicitárias e de propagandas do Estado de Minas Gerais.

* - Sem revisão do orador.

22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos proferidos em 29/3/2007

O Deputado Arlen Santiago* - Exmo. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores da TV Assembléia, povo mineiro, neste ano assomo a esta tribuna pela primeira vez e não poderia deixar de agradecer ao povo mineiro que me deu a oportunidade de representá-lo, pelo terceiro mandato, nesta Assembléia. Com certeza, continuarei o trabalho que realizei no primeiro mandato, o qual me deu 60% a mais de votação para o segundo mandato e, depois, mais 60% para este terceiro mandato.

Feito esse agradecimento ao povo mineiro, quero falar de um mineiro que muito já fez por Belo Horizonte, por Minas Gerais, pelo Norte de Minas e pelo Brasil, o Engº Walfrido dos Mares Guia. Quando jovem, ele se uniu a alguns colegas para montar um pequeno colégio chamado Pitágoras, que hoje se transformou numa enorme estrutura de educação que atende em mais de 10 países, além de atender em todo o Brasil.

Naquele momento também, o Engº Walfrido dos Mares Guia e alguns colegas montaram um projeto para a Sudene. Nesse projeto, foi implantada a fábrica de insulina da Biobrás, em Montes Claros. Trata-se da única fábrica de insulina de todo o Hemisfério Sul. Com sua visão privilegiada, ele ousou e foi para a área de biotecnologia, prevendo o futuro.

Mais adiante, como amigo do nosso querido e grande Governador Hélio Garcia, foi chamado a trazer seu talento empresarial e sua inteligência privilegiada para a área pública. Foi Secretário do Prefeito Hélio Garcia na Prefeitura de Belo Horizonte, Secretário de Ciência e Tecnologia e Secretário de Administração.

Após a eleição de Tancredo Neves, Hélio Garcia assumiu o governo de Minas. Walfrido foi chamado a ser Secretário de Ciências e Tecnologia e, mais adiante, Secretário de Educação.

Quando estive na Secretaria de Educação, o Ministro Walfrido dos Mares Guia viu o grave problema de Minas Gerais: tínhamos mais de 3 milhões de jovens que estavam fora das escolas públicas, e, quando assumiu a Secretaria de Educação, essa possuía em torno de 1 milhão de estudantes.

Depois da passagem de Walfrido dos Mares Guia pela Secretaria de Educação, o número de estudantes foi para 4 milhões. Com certeza, essa foi uma tarefa difícil, porque foram inúmeros prédios construídos, milhares de funcionários - professores e serventuários - contratados e, principalmente, foi dado às crianças das regiões do Norte de Minas, do Jequitinhonha e do Mucuri o direito de estudar.

Nesse momento, Walfrido também topou uma parada difícil: enfrentar a classe política que gostava de nomear os Diretores, e instituiu a eleição direta.

A Diretora passava por uma prova, a fim de testar os seus conhecimentos e a capacidade de administrar a escola, e, então, seria eleita pela comunidade escolar, com a criação do colegiado. A partir daí, a escola tornou-se democrática, com um grande salto de qualidade na educação em Minas Gerais.

Graças a esse trabalho, Walfrido dos Mares Guia foi chamado pelo Eduardo Azeredo - candidato a Governador - para ser seu Vice-Governador. Em uma campanha que todos consideravam impossível de ser ganha, visto que começou com apenas 3% de intenção de voto, graças à capacidade do Walfrido como coordenador de campanha, Eduardo Azeredo foi eleito Governador, no segundo turno, com uma votação esplendorosa.

Foi chamado para ser Secretário de Planejamento, e, a partir daí, houve um trabalho intenso para verificar os problemas do Estado e o orçamento. Naquele momento, foi implantado o Plano Real, que acabou com a inflação.

A inflação era uma grande geradora de impostos, tanto que, em uma avaliação entre o período pós-inflação e o período inflacionário, em dólar, equivaleria a que antes se pagasse em torno de 9 folhas de pagamento com o mesmo valor; e, no tempo do Plano Real, eram as 13 folhas de pagamento. Todas as Prefeituras, o País e o governo do Estado tiveram de se adequar a essa nova realidade. E então foi possível fazer um acordo da grande dívida de curto prazo de Minas Gerais, que foi passada para o governo federal. Assim se podem planejar novamente gastos no Estado.

Mais adiante, o Walfrido foi eleito Deputado Federal, com uma votação muito grande em Minas Gerais, no Norte de Minas. E cumpriu muito bem o seu mandato nas Comissões de Educação, trabalhando sempre para a população mineira. Foi a pessoa que tomou a iniciativa de fazer

com que o PTB, sempre atrelado aos governos, tivesse um candidato que não era o mesmo do Presidente da República. Walfrido levou o PTB a apoiar o Ciro Gomes e, dessa maneira, começou a modificar o modelo que o partido sempre usava.

A partir daí, não quis mais disputar um cargo eletivo. No segundo turno, o Walfrido apoiou o Presidente Lula e foi chamado, em nome do PTB, para ser Ministro do Turismo, uma pasta, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que não existia. E conseguiu elevar a quantidade de turistas do exterior para o Brasil, com cifras invejáveis, atraindo dólares, dinheiro e divisas, estimulando o turismo interno e gerando quase 1 milhão de novos empregos nessa área.

Cumpriu seu mandato de quatro anos e agora foi chamado pelo Presidente Lula para ser o Ministro que terá a tarefa de coordenar os inúmeros partidos que fazem a base e a oposição no Congresso Nacional. O Presidente Lula acertou muito em chamar o Walfrido, porque ele sempre foi um homem do diálogo, com inteligência rápida, raciocínio privilegiado, com amigos em todas as correntes, e que dará governabilidade a este país.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Muito obrigado, Deputado Arlen Santiago. Na esteira do pronunciamento de V. Exa., gostaria de parabenizá-lo pela importância de suas palavras. O Ministro Walfrido dos Mares Guia é motivo de um orgulho muito grande para Minas Gerais, como disse V. Exa., por tudo que já representou para o Estado, com uma trajetória de vida correta, digna e exemplar. Posso dar o meu testemunho. Quando o Ministro esteve à frente do Ministério do Turismo, Minas foi muito beneficiada. Durante a implantação da Estrada Real, bem como dos pólos turísticos, o Ministro sempre atendeu, com prioridade, às reivindicações do nosso Estado.

Parabenizo V. Exa., visto que tenho muita admiração pelo Ministro Walfrido dos Mares Guia, pelo seu legado político - o que é tão importante nos homens que fazem política com seriedade e dedicação -, enfim, por tudo o que ele construiu. Uma vez escolhido pelo Presidente da República para estar à frente de um Ministério tão importante, tenho a certeza de que nos poderá ajudar, como sempre o fez, estendendo sua mão amiga a Minas Gerais, seu Estado de coração. Parabéns!

O Deputado Arlen Santiago* - Obrigado, Deputado Dalmo.

Como auxiliar direto do Presidente Lula, Walfrido poderá ajudar ainda mais Minas Gerais. No Ministério do Turismo, ele ajudou muito o nosso Estado, no tocante à construção de dezenas de centros de convenções e de centenas de obras importantes. Em Montes Claros, por exemplo, com o apoio do ex-Ministro do Turismo Walfrido dos Mares Guia, terão início as obras do Centro de Convenções e do Parque Tecnológico. Agora, o Prefeito Athos Avelino teve uma grande alegria, pois foram empenhados R\$8.000.000,00 para a construção da Avenida Sidney Chaves, que dará acesso ao Centro de Convenções; todavia há algumas questões entravadas, o que prejudica muito o País, a exemplo do problema da Sudene, que foi extinta e depois renovada, mas não funciona. Walfrido dos Mares Guia, empresário inteligente, sabe o valor da Sudene na construção da Biobrás, orgulho de todos nós. Em Montes Claros, o grupo Novo Nordisk receberá sua visita no dia 29/4/2007, para inaugurar uma fábrica orçada no valor de R\$200.000.000,00. Nesse caso, a terceira etapa da obra também terá início imediatamente.

Ser amigo do Ministro Walfrido, participar de sua trajetória política, vê-lo sair-se bem nas Secretarias de Educação e de Planejamento, no Ministério do Turismo e como Vice-Governador é uma alegria para nós, do Norte de Minas, e, em particular, para mim, do PTB.

Ministro Walfrido, tenho a certeza de que V. Exa. fará o que o País precisa, ajudará, por meio da Sudene e do restabelecimento das estradas, o Presidente Lula, no que tange ao crescimento do País. Estou certo de que Minas Gerais ainda ficará devendo-lhe muito. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Gustavo Valadares* - Sr. Presidente, Deputado José Henrique, antes de iniciar meu pronunciamento, concedo aparte ao nobre colega Eros Biondini.

O Deputado Eros Biondini (em aparte) - Sr. Presidente, Deputado José Henrique, Deputado Gustavo Valadares, farei um comunicado muito sério.

Comunico, e ao mesmo tempo lamento, o falecimento de Bruno, irmão do nosso querido colega Deputado André Quintão, a quem, em nome de todos os Deputados, manifesto nossa solidariedade e o nosso sentimento de pesar. Sabemos que ele e sua família têm muita fé. Temos a consciência de que há tempo para tudo na vida: para nascer e para morrer. Então, faço aqui esse registro, já que temos muito apreço pelo Deputado André Quintão. Essa é a nossa homenagem e o nosso luto pelo passamento de seu irmão.

O Deputado Ademir Lucas (em aparte) - Em nome do BSD, gostaria também de me associar ao pesar que esta Casa manifesta pelo falecimento de Bruno, irmão do nosso companheiro, colega e Deputado André Quintão, uma das figuras mais importantes da política mineira. Queremos nos associar à dor e à perda da família e falar do nosso sentimento.

Nesta oportunidade, Deputado Gustavo Valadares, também queremos manifestar, em nome do Bloco, o pesar pelo falecimento trágico do Prefeito de Coronel Murta, Inácio Murta, irmão do ex-Prefeito de Vespasiano, querido amigo Carlos Murta. Fomos Prefeitos contemporâneos. Tinha e tenho ainda um apreço pessoal muito grande pelo ex-Prefeito Carlos Murta, de Vespasiano. Nesta madrugada, ele teve seu irmão assassinado de forma trágica à frente da esposa e da filha. Foi lamentável. Morreu prematuramente, aos 46 anos de idade. Era Prefeito vigoroso, operoso e trabalhador.

Esse é o pesar do nosso Bloco.

O Deputado Gustavo Valadares* - Faço minhas as palavras dos Deputados Ademir Lucas e Eros Biondini.

Sr. Presidente, um assunto de extrema importância para o Estado de Minas Gerais, principalmente para a nossa região do Centro-Nordeste mineiro, me traz hoje à tribuna. Há cerca de quatro anos, quando tomou posse no seu primeiro mandato no governo do Estado, o Governador Aécio Neves criou, por intermédio de uma lei delegada, a Secretaria Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales Jequitinhonha e Mucuri e do Norte de Minas. Após a posse dos parlamentares daquela legislatura, o Governador indicou para dirigir aquela Secretaria a Deputada Elbe Brandão, filha de uma das regiões atendidas pela nova Pasta.

Naquela época, eu, como um dos Deputados votados na região do Centro-Nordeste, por meio de minha assessoria, e outros parlamentares, inclusive o atual Presidente da Assembléia, Deputado Alberto Pinto Coelho, fizemos um levantamento e conseguimos detectar que os Municípios da região do Centro-Nordeste mineiro - onde estão incluídas as microrregiões de Peçanha, Conceição do Mato Dentro, Guanhães e parte dos Municípios do Vale do Rio Doce - tinham as mesmas características dos Municípios que estavam sendo atendidos pela Secretaria Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales Jequitinhonha e Mucuri e do Norte de Minas.

Após quatro anos, vimos que a Secretária Elbe Brandão realizou um brilhante trabalho, que teve continuação na gestão do nosso colega Deputado Ermano Batista naquela Secretaria. Podemos constatar hoje que, por conta dessa Secretaria, que foi brilhantemente criada pelo Governador, os Municípios do Norte de Minas, do Jequitinhonha e do Mucuri tiveram melhoras consideráveis nos seus índices sociais, que servem de parâmetro para discutirmos a pobreza no Estado, principalmente em nossa região.

O Norte de Minas teve um crescimento esplendoroso, assim como o Jequitinhonha e o Mucuri; todavia ainda é preciso fazer muito por essa região. Detectamos que, atualmente, o Centro-Nordeste mineiro vive uma realidade pior que a vivida no Norte de Minas, no Jequitinhonha e no Mucuri.

Há aproximadamente um mês, estive com a Secretária Elbe Brandão, com quem conversei por algum tempo, e mostrei-lhe os números, os índices sociais de nossa região. Geograficamente, essa região até poderia fazer parte daquela Secretaria. Na verdade, há uma alça que deixa de fora os Municípios do Centro-Nordeste, aqui bem representado pelo Deputado Carlin Moura, filho de Virgolândia, e pelo Deputado Ronaldo Magalhães, filho de Itabira, que conhecem bem a nossa região.

O que me traz à tribuna é o pronunciamento do Deputado majoritário daquela região, onde tem raízes. A família é de Peçanha, uma das cidades que chegou a ser referência em nosso Estado nas áreas da educação e da cultura, mas, há muito tempo, vem perdendo seu espaço em razão da sua atual situação em nosso Estado.

Concedo um aparte ao nobre Deputado Carlin Moura, companheiro nesta jornada.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)* - Querido amigo, Deputado Gustavo Valadares, reforço suas palavras. Nestes dois meses de trabalho nesta Casa, sou testemunha do árduo trabalho que V. Exa. tem desempenhado em defesa dessas regiões, em especial o Centro-Nordeste mineiro, o nosso querido Vale do Rio Doce, da região do Suaçuí, das cidades de Peçanha, Virgolândia e Coroaci. Sou testemunha de que V. Exa., à frente da Comissão de Transporte, tem envidado todos os esforços para acelerar o processo de chegada do asfalto, do Pró-Acesso, às cidades que ainda não o têm. Ao reivindicar a necessidade de inclusão desses Municípios no Idene, mais uma vez V. Exa. demonstra o compromisso com tal região. Estou do seu lado e acredito que seu trabalho fará surgir um resultado muito importante para o sofrido povo do Vale do Rio Doce, de Suaçuí e do Centro-Nordeste mineiro. V. Exa. está de parabéns e pode contar com o meu apoio e com o apoio desta Casa nessa brilhante batalha. Obrigado.

O Deputado Gustavo Valadares* - Agradeço o aparte de V. Exa. Precisamos contar com sua força e com seu trabalho, para que aquela região seja mais próspera.

Antes de conceder um aparte ao Deputado Ruy Muniz, grande amigo e colega de partido, farei um esclarecimento. Na legislatura passada, em meu primeiro mandato, apresentei um projeto de lei que tratava da inclusão desses Municípios no Idene, que é o braço operacional da Secretaria Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri e do Norte de Minas. Naquela oportunidade, não tivemos condições de aprová-lo, de fazer com que tivesse sua tramitação normal nas comissões e chegasse no Plenário em tempo hábil.

Esse projeto foi novamente protocolado e está na Comissão de Constituição e Justiça, mas o retirei de pauta para que possamos discuti-lo com mais tranquilidade, em audiência pública proposta por mim e pelo Deputado Carlin Moura na Comissão de Participação Popular, tão bem conduzida pelo Deputado André Quintão.

O Deputado Ruy Muniz (em aparte) - Obrigado. Também apóio o desenvolvimento da grande região do Centro-Nordeste mineiro.

Como norte-mineiro, pessoa que conhece muito o Norte de Minas e o Vale do Jequitinhonha, tenho de dizer que a grande melhora que V. Exa. citou não é verdade. O Norte de Minas e o Vale do Jequitinhonha continuam sendo as regiões menos desenvolvidas do Estado de Minas Gerais. Assim, estamos formando uma frente parlamentar de desenvolvimento das Minas Gerais, da imensa região que corresponde ao Norte, ao Nordeste e ao Noroeste de Minas Gerais, ou seja, a 40% do território mineiro e a quase 3 milhões de habitantes. Se somarmos todo o PIB da região, talvez não vá corresponder a 15% do PIB de Minas Gerais.

A título de comparação, a região central ampliada de Belo Horizonte tem 55% do PIB mineiro. Minas é o segundo Estado da federação, à custa do desenvolvimento dessa região.

Em relação à nossa região, realmente precisamos dessa frente para apoiar o Governador Aécio Neves, com quem estive ontem. Na oportunidade, ele reiterou-me o seu compromisso com o Vale do Jequitinhonha, com o Norte e com o Noroeste de Minas Gerais. Juntos, seja por meio do Idene, seja por intermédio da Secretaria, brilhantemente comandada pela Deputada Elbe Brandão, vamos unir esforços para lutar pela nossa região.

Agora, a Sudene foi recriada, proporcionando grandes oportunidades no campo da energia, do álcool, do biodiesel e trazendo a possibilidade de instalação de um pólo de biotecnologia. Então, vamos somar forças, sim.

O Norte de Minas e o Vale do Jequitinhonha não progrediram muito. Pelo contrário, ficaram estacionados no tempo, precisando de apoio, mas o Governador Aécio Neves, com a nossa ajuda, irá impulsioná-los nesse novo mandato. Obrigado.

O Deputado Gustavo Valadares* - Agradeço a V. Exa. o aparte.

O Norte de Minas, o Jequitinhonha e o Mucuri realmente não vivem uma realidade parecida com a da região central. Sabemos disso e tentaremos sensibilizar o governo do Estado, a fim de que ele tenha com a região do Centro-Nordeste o mesmo carinho dispensado ao Norte de Minas, à região de V. Exa.

Às vezes, nossa região tem seus índices maquiados, porque a Fundação João Pinheiro toma por base as macrorregiões para fazer os seus estudos sociais. Então, parte dos Municípios do Centro-Nordeste estão na macrorregião do Vale do Rio Doce, em que também está incluída a região do Vale do Aço, que é, sem dúvida, uma das regiões mais ricas e prósperas do Estado. Por conta de três ou quatro Municípios do Vale do Aço, existe uma maquiagem da situação do restante dos Municípios daquela região. Isso acontece, na prática, exatamente em virtude do estudo feito sobre as macrorregiões.

Além disso, outros Municípios que não estão na região do Vale do Rio Doce, mas na macrorregião central, a exemplo de Belo Horizonte, Betim e Contagem - cidade do nosso nobre colega Ademir Lucas -, têm uma realidade muito diferente da nossa. Isso também acaba maquiando os índices sociais daquela região.

Por isso, estou aqui para pedir um estudo aprofundado, de Município a Município, da região do Centro-Nordeste mineiro. Aí, sim, chegaremos a uma conclusão.

Não estou aqui para me gabar; pelo contrário, gostaria de mostrar que a nossa região é a mais rica do Estado, mas, infelizmente, isso não constitui a realidade.

O meu desejo é poder participar ativamente, para ver serem lançados nos nossos Municípios programas e mais programas do Estado, como é feito, hoje, no Norte de Minas. São exemplos disso o Pró-Acesso, o Pró-MG e o Programa do Leite - da Deputada Elbe Brandão -, que foram iniciados e são feitos quase todos por lá, além de outros programas da Secretaria Adjunta de Geração de Emprego, Trabalho, Renda e Desenvolvimento da Produção, que são feitos única e exclusivamente naquela região.

A região de V. Exa., por ser pobre, tem esse direito, mas a nossa também é. Gostaríamos de dividir uma parcela do bolo. Por meio da criação da nova secretaria, desejamos compartilhar este novo momento que o Estado vive.

Agradeço ao nobre colega Presidente, Deputado José Henrique, e aos demais parlamentares que me apartearam.

Por fim, deixo um sincero abraço ao nosso colega André Quintão, pelo falecimento de seu irmão, no dia de hoje.

Um abraço a todos. Obrigado.

*- Sem revisão do orador.

O Deputado Antônio Carlos Arantes - Sr. Presidente, nobres colegas, telespectadores da TV Assembléia, nos meus pronunciamentos anteriores sempre abordei a questão da segurança. Não houve nem um sequer em que não tenha falado sobre o assunto, especialmente no que se refere à minha cidade, São Sebastião do Paraíso, em Jacuí e região. Às vezes, algumas pessoas acham que dramatizamos muito, mas a realidade é tão séria, que amanhã o povo de São Sebastião, cansado com o problema, sairá às ruas e fará uma grande manifestação, para tentar buscar soluções.

Sou de Jacuí, fui Prefeito lá por diversas vezes e sempre tive uma convivência muito próxima com Paraíso, onde fui trabalhar depois. Percebemos que o tema "segurança" sempre foi muito discutido. As autoridades e a população local sempre diziam que, se fosse construída uma cadeia nova - a situação era deplorável -, se se equipassem as Polícias Militar e Civil e se houvesse geração de empregos na cidade, os problemas não haveria. A cadeia foi de fato construída no governo Itamar Franco, que teve boa intenção, mas a obra ficou péssima, parece que foi feita com isopor. Hoje, a cadeia tem capacidade para 70 presos, mas nunca tem menos de 160. Há fugas e sérios problemas. Diziam ainda que, se houvesse mais equipamentos, tudo seria resolvido. Nunca uma cidade recebeu tanta viatura como São Sebastião. O Deputado Carlos Melles, com sua força em Brasília, conseguiu recursos do governo federal, na época do Fernando Henrique, para a aquisição de sete viaturas novas, sete motos, bicicletas e armas pesadas. Mas ainda não houve solução. Na verdade, a violência continuou aumentando.

A Prefeita Marilda Neves recebeu destaque. No seu mandato, em termos "per capita", essa foi a cidade que mais gerou empregos no Estado de Minas Gerais: foram 3.500, com carteira assinada. Ela levou para lá 15 empresas e apoiou financeiramente mais 13, com recursos e apoio do BDMG; portanto houve geração de emprego, mas a violência continuou.

Na verdade, precisamos refletir muito sobre esse assunto e tratar cidades diferentes de forma diferente. São Sebastião do Paraíso tem algumas peculiaridades que precisam ser observadas pelo Estado. Por ali passam duas das rodovias mais importantes do Estado e do País, a MG-050 e a BR-265, e pessoas vindas de Mato Grosso, da Bolívia e do Norte de São Paulo. Assim, grande parte de criminosos do Estado e do País passa por ali. As fronteiras estão escancaradas.

Sabemos do esforço e da tentativa do governo do Estado de aparelhar melhor a polícia e agir para coibir o crime, mas até agora isso tem sido em vão.

O povo de Paraíso irá às ruas amanhã, e iremos juntos, para manifestar nossa indignação. A cidade é bonita até no nome: São Sebastião do Paraíso. O povo é muito ordeiro e trabalhador, mas está preso em suas casas. Até os jornais noticiam que é a cidade mais violenta da região, com alto índice de assassinato e tráfico de drogas. Já alertamos o governo sobre essa situação. Na semana retrasada, há 10 dias aproximadamente, até policiais foram presos, por envolvimento no tráfico de drogas. O pessoal demorou a ver isso; a população foi que percebeu.

Estou junto ao povo de Paraíso e região e ao Governador, porque acredito muito no seu trabalho, assim como acredito em nosso Secretário de Defesa Social, Dr. Maurício, e nas Polícias Militar e Civil. Unidos, podemos buscar maneiras de dar paz ao povo de Paraíso, que tanto a merece.

O Deputado Elmiro Nascimento (em aparte) - Estou ouvindo atentamente o pronunciamento de V. Exa. referente aos problemas de segurança. Lamentavelmente, não há falta de segurança apenas em São Sebastião do Paraíso, mas em todo o País. A nossa região também enfrenta um problema seriíssimo, principalmente no que diz respeito à falta de Delegados e à estrutura policial.

Sabemos do empenho do Governador em estruturar cada vez mais as nossas Polícias Civil e Militar. Muitos recursos estão sendo alocados para isso.

Temos uma crítica a fazer sobre a falta de repasse de recursos da área federal. Essa tem de ser uma ação conjunta entre os governos federal, estadual e municipal. A nossa Polícia Militar é exemplar e reconhecida como a melhor do País, assim como a Polícia Civil. Todavia, ainda falta muita coisa para ser estruturada.

Outro dia, estivemos com o Sr. Maurício Campos, Secretário de Defesa Social, solicitando Delegado para a nossa região. Para os senhores terem uma idéia, Carmo do Paranaíba, que é uma cidade grande, altamente produtora, com uma das maiores produções de café do País, não tem Delegado. Isso realmente desestrutura e dificulta muito a ação da polícia.

Cumprimentamos o Secretário Maurício Campos pelo que tem feito; cumprimentamos o Governador pelo empenho, a fim de dar mais segurança para todos nós, mineiros. Lamentavelmente, criticamos a falta de apoio da área federal. O problema de segurança realmente é uma realidade no País. Além disso, ocorre também em razão da falta de emprego. O País não está crescendo nem gerando emprego. Logicamente, isso aumenta de forma sensível o problema de segurança pública. Portanto, é preciso um esforço conjunto das áreas federal, estadual e municipal, ou seja, de todos nós, para tranquilizarmos este país. Um dos problemas mais sérios do Brasil é a segurança. Tanto é que grande parte do noticiário nacional é sobre a falta de segurança no País. Lamentamos o que está acontecendo na sua e na nossa região. Sabemos do

esforço do Governador. Todavia, ele precisa ser integrado com o de todas as esferas do governo para neutralizar esse problema e dar paz a toda a família mineira.

O Deputado Antônio Carlos Arantes - Deputado Elmiro Nascimento, muito obrigado. Gostaria de completar o que falava sobre equipamento. Diziam que faltavam pessoas na rua e cobravam até da Prefeitura a Guarda Municipal.

O competente Prefeito Mauro Lúcio da Cunha Zanin, de São Sebastião do Paraíso, montou uma Guarda com 120 homens, que foi treinada pelo Cel. Pedro Ivo, já aposentado. Mas não adiantou, pois o crime continua. Então, uma nova cadeia foi construída, há equipamentos e pessoas na rua, mas, na verdade, a situação está muito complicada. Aliás, não é somente lá. Em Alpinópolis, por exemplo, os fazendeiros - aliás, não somente fazendeiros, mas também médios sitiantes - não querem mais ficar na fazenda em razão dos roubos de tratores. Ontem mesmo ocorreu um assalto sério numa fazenda em Monte Santo de Minas. Espero que Deus nos ajude e nos proteja.

Cumprimento o Governador e sua equipe, assim como o Secretário Maurício. Nesta semana, o Governador esteve na Colômbia. Quem pensaria que, um dia, a Colômbia conseguiria baixar seu índice de criminalidade? Ela conseguiu, e conseguiu por meio de ações efetivas do governo federal em parceria com Estados e Municípios. O próprio Governador Aécio chegou a comentar que lá a solução chegou em razão de uma forte ação federal.

O Deputado Elmiro Nascimento falou sobre o governo federal. Realmente o governo federal precisa acordar para a questão da segurança, que depende muito dele. Ele não pode mais ficar segurando ou direcionando recursos para Estados, onde a base política é aliada.

Realizamos um debate público na segunda-feira, que foi um sucesso. O ideal seria não precisarmos mais realizar debates para discutir problemas da população, principalmente do nosso produtor rural. Seria bom que ele não estivesse mais tão humilhado e sofrido. A crise é tão séria e grave, que convocamos um debate, por intermédio da Comissão de Política Agropecuária, com os nossos Deputados Chico Uejo, que se encontra presente, Getúlio Neiva, Padre João, que nos ajudou bastante, e o Presidente Vanderlei Jangrossi. O debate foi importante. Compareceram mais de mil pessoas e muitas lideranças, Sr. Presidente. Aliás, o Presidente tem realizado um belo trabalho, sabe ouvir e conduzir bem a nossa Comissão.

A sociedade brasileira ainda não entendeu o quanto está humilhado e sofrido o produtor. Já disse isso aqui. Faça questão de repetir quantas vezes for preciso, enquanto o governo não escutar nem entender - aliás, parece que não deseja entender - como é grave a crise do setor produtivo, principalmente o rural.

O proprietário, o fazendeiro, o dono de terra, o sujeito que produz no Brasil, está numa situação lamentável.

Como produtor rural, darei um exemplo da minha região. Só há dois tipos de produtores que estão conseguindo sobreviver. Vejam bem: falo em sobrevivência, e não em viver bem. O primeiro é o escravo, que se levanta às 4 horas da manhã, coloca toda a família para trabalhar e se deita às 10 horas da noite. Trabalha demais; não tem sábado, não tem domingo nem feriado. E, no final do mês, ainda corre o risco de não ter a conta fechada. Mas esse produtor não tem filho na faculdade, pois, se quiser ter, não terá dinheiro para pagar-lhe. Não dá uma condição mínima de dignidade para sua família. Na verdade, hoje, no campo, pratica-se o trabalho escravo no setor produtivo brasileiro. O segundo tipo é o médio produtor. Esse já está no vermelho, caminhando, de forma acelerada, para o empobrecimento. Dificilmente sobreviverá.

Há ainda o grande, que tem outras atividades, outras maneiras de manter a sua atividade, a sua propriedade, ou o que costuma usar para lavar dinheiro. A verdade é que a coisa é séria.

Antes, o pecuarista era tido como homem rico e folgado. Hoje, isso já não é sinônimo de folga nem tranquilidade. Trata-se de um homem que vê o seu patrimônio ser corroído e depreciado.

O Deputado Vanderlei Jangrossi (em aparte)* - Apenas para cumprimentá-lo, nobre Deputado.

Na segunda-feira, assumimos o compromisso de aprovar um requerimento, nesta quinta-feira, a fim de demonstrarmos a Brasília a indignação do produtor rural de Minas Gerais. Houve a aprovação desse requerimento, de autoria da comissão e de V. Exa.

Assim, solicitei um aparte para informar-lhe a referida aprovação.

V. Exa. está de parabéns, pois a repercussão desse evento se estendeu pelo Estado. Fui até Uberlândia, na segunda-feira à noite, e as pessoas disseram-me que assistiram ao evento pela TV, aliás disseram que o debate "pegou fogo", em virtude da indignação do produtor.

Estamos no caminho certo, pois, mostrando a indignação do povo, trazendo-o a esta Casa e indo aos locais, chegaremos a um resultado desejado e encontraremos a solução para o problema do produtor rural, que, infelizmente, tem trabalhado muito, mas recebido quase nada. Obrigado.

O Deputado Antônio Carlos Arantes - O produtor de café está da mesma forma. Faz cinco anos que as contas não fecham. Neste ano, subiu um pouco, mas não suficiente para cobrir o custo de produção; nos últimos quatro, têm fechado no vermelho.

O café cai, mas o adubo, por exemplo, nesta semana subiu 20%; os glifosatos, 50%. Além do que, a cada dia, as grandes empresas se juntam, formam cartéis e transformam os produtores em reféns.

A verdade é que, dia a dia, o custo de produção sobe mais, e a produção vale menos.

A questão do café é tão séria, que o PIB do café movimenta R\$70.000.000.000,00. Na mão do produtor passam apenas 5,6% desse valor, o que significa dizer que ele virou escravo do mundo para produzir café. Sem contar que todo esse produto fica nas mãos de cinco ou seis empresas multinacionais, que manipulam todo o mercado internacional.

O milho e a soja estão numa fase boa, mas vêm de dois anos de prejuízos altíssimos, o que é muito sério.

Então, esse debate realizado foi muito importante, pois houve a participação do povo, e a Assembléia deu uma grande contribuição. Temos, agora, a responsabilidade de dar vazão a isso.

Fomos outro dia à Faemg, a fim de discutir novas formas e ações, bem como a Brasília, para discutir outras questões, mas também a questão da agricultura, com os Deputados Carlos Melles e Marcos Montes.

Hoje foi apresentado um requerimento em nossa Comissão para que fôssemos recebidos pelo Vice-Presidente José Alencar e pelo Ministro Walfrido dos Mares Guia, que é mineiro, para que, juntos, possamos levar uma proposta de solução para o nosso produtor.

Para terminar, Sr. Presidente, não poderia deixar de manifestar minha satisfação com o Governador Aécio Neves no que diz respeito à questão da telefonia celular. Graças à iniciativa do governo e à sua ação concreta, houve uma licitação, e os Municípios mineiros localizados em regiões que as empresas achavam economicamente inviáveis poderão sonhar com a telefonia celular, que logo será uma realidade. Estamos muito felizes e queremos cumprimentar o governo por essa iniciativa tão importante. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Padre João* - Sr. Presidente, de acordo com a discussão que fiz ontem à noite, que se relaciona com os dois projetos de resolução que tratam das contas do Governador Aécio, no exercício de 2004 e 2005, já que há esse requerimento, deveríamos agir para que esse adiamento seja até o dia em que for regularizada a situação do próprio Tribunal de Contas, ou melhor, do Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Contas.

Deputado Ademir Lucas, V. Exa. destacou o equívoco de que o concurso público já havia ocorrido. Na verdade, esse concurso público ainda não se realizou, e as provas estão previstas para os dias 21 e 22/4/2007. Ainda há tempo e, sendo essa a vontade do governo, do Ministério Público ou do Tribunal de Contas, pode-se regularizar a situação. Em vez de apreciarmos uma matéria com falta de pressupostos legais, que o adiamento seja aceito até a regularização no Estado de Minas Gerais.

Como houve uma decisão do Supremo Tribunal Federal, por meio de uma Adin, em 4/4/2003, isso poderia ser adiado por mais um tempo - afinal só apreciamos as contas referentes ao ano de 2002, do ex-Governador Itamar Franco, neste ano; logo, aguardaríamos mais um mês, até que se regularize o Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Contas. Esse é o meu encaminhamento quanto ao requerimento, ou seja, que a matéria volte, a pauta, somente depois da regularização.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Ademir Lucas - Sr. Presidente, creio que não procede, regimentalmente, a questão levantada pelo Deputado Padre João. No referido requerimento, há evidente prejudicialidade. Não é possível devolver essas contas ao Tribunal, para depois novos Procuradores as reexaminarem. As contas já receberam parecer do Tribunal de Contas; a Comissão da Assembléia Legislativa já proferiu seu parecer, e estamos em processo de discussão e votação. Não é possível, pois a matéria está prejudicada. Por mais nobre que seja, o requerimento está prejudicado, e os pareceres já foram proferidos, tanto os do Tribunal de Contas como os da comissão pertinente desta Casa.

Sugiro a V. Exa., mesmo que de forma verbal, que não dê seguimento ao requerimento, para podermos encerrar a discussão e votar. Insisto, reafirmo e encerro: o Tribunal de Contas já proferiu parecer; não há precedentes de revisão de parecer de Tribunal de Contas já encaminhado às Casas legislativas, seja Câmara, seja Assembléia Legislativa. Não existem precedentes de devolução ao Tribunal para novo exame. Além do mais, já se avançou nesse caminhar - a Comissão pertinente desta Casa já proferiu o parecer, e estamos discutindo e preparando a votação.

Quanto a essa postulação, por mais nobre que possa ser - e o é, até porque vem de um Deputado sério, como é o Padre João -, no meu ponto de vista, o requerimento está prejudicado pelo andamento da matéria, de acordo com o Regimento Interno.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 29/3/07, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Djalma Diniz

exonerando Artur Emilio Proença de Araujo do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

exonerando Zumara Teles Costa do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

nomeando Fabricio Luiz Ferreira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

nomeando Sérgio Rodrigo Araújo de Andrade para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas.

Gabinete do Deputado Getúlio Neiva

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 3/4/07, que nomeou Hélia Batista Ferreira para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão AL-41, 4 horas;

exonerando Rodrigo Rodrigues Tavares do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 4 horas;

nomeando Leonardo Gil Pedrosa para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 4 horas;

nomeando Rodrigo Rodrigues Tavares para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão AL-41, 4 horas.

Gabinete do Deputado Ivair Nogueira

nomeando Milaine Figueiredo Brasileiro para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Gabinete do Deputado Rômulo Veneroso

exonerando Rogério Brito Oliveira do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão AL-31, 8 horas;

nomeando Cícero Reis Soares para o cargo de Supervisor de Gabinete, padrão AL-25, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Jorge Amauri dos Santos do cargo de Assistente Administrativo, AL-20, código AL-EX-01, com exercício na Comissão de Participação Popular;

nomeando Gláucia Fátima de Barros para o cargo de Assistente Administrativo, AL-20, código AL-EX-01, com exercício na Comissão de Participação Popular.

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciado: Instituto Luiz de Azeredo Coutinho. Objeto: prestação de serviços de assistência em fisioterapia e em fonoaudiologia aos Deputados e ex-Deputados contribuintes do Iplemg, a servidores da credenciante, ativos e inativos, e respectivos dependentes. Vigência: 60 meses, a partir da data da assinatura. Licitação: inexigibilidade, por inviabilidade de competição, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 33903900.